

O comportamento do eleitor e seus resultados (LEJEUNE MIRHAN)



Análise aponta para vitória da base aliada governista, mas com ganhos para a democracia: nunca se viu tantos partidos ocuparem cadeiras nos municípios

ANTES DE uma análise global sobre as eleições municipais de 2012 na segunda parte deste artigo, apresento dados e informações sobre o que se pode dizer do comportamento do eleitorado brasileiro, com dados objetivos dos resultados das eleições municipais. Dou, aqui, dados gerais nacionais e dados das 26 capitais dos estados, sobre os quais me debrucei em estudar antes das eleições, fazendo diversos prognósticos eleitorais. E com alto índice de acertos no que diz respeito a cálculos de quocientes eleitorais nas capitais.

1. DADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS

Não há dúvidas de que o cadastro nacional eleitoral está inchado. O último **recadastramento eleitoral** realizado no Brasil ocorreu quando o então presidente José Sarney convocou a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986. Portanto, estamos há 26 anos sem que os eleitores sejam chamados a se recadastrar. Milhões de mortos constam como eleitores. Ainda bem que não votam. Dessa forma, os índices de abstenções têm se mantido elevados, acima da casa dos 15%. No entanto, estudos já publicados depois das eleições mostram que nas capitais e cidades onde houve recadastramento, os índices de abstenções, brancos e nulos ficaram em patamares inferiores a 10%. Por isso existem disparates – que a seguir mostramos.

Aqui esclarecemos o que temos chamado, há uns 15 anos pelo menos, de “índice ABN”. Essa sigla significa “abstenções, brancos e nulos”. A fórmula de cálculo é simples, mas não é a soma simplesmente dos três percentuais acima mencionados de abstenções, nulos e brancos. Do ponto de vista matemático, o correto é calcular percentuais sobre números diferentes. Explico. O percentual de abstenção é feito sobre os inscritos e os de brancos e nulos são calculados sobre os que compareceram. Mas, se quisermos entender, em termos absolutos, o comportamento daqueles eleitores que “jogam fora seus votos”, por assim dizer, esse número é a soma do número de pessoas que não foram votar com o dos que anularam seus votos ou não votaram em ninguém (brancos).

No caso do Brasil em 2012, esse resultado, em termos absolutos, foi de **32.670.787**. A partir desse número se pode calcular, em termos percentuais, o chamado índice ABN. Esses quase 33 milhões de votos desperdiçados representam exatos **23,58%** do total de inscritos. Ou dito de outra forma, apenas um em cada quatro eleitores no Brasil desperdiça seu voto. Muito menos do que se alardeia na grande imprensa. Chegou-se a falar em uma “enxurrada de nulos e brancos”.

Aos mais meticolosos e que gostam de cálculos, a fórmula como podem calcular o índice ABN em qualquer cidade segue a seguinte operação matemática: **$ABN = [(A+B+N) * 100]/I$** , lembrando que essas siglas são as acima usadas. Ilustro a presente matéria com os dados oficiais e gerais que procuram mostrar o comportamento do eleitorado brasileiro quanto aos quesitos abstenções, votos anulados e votos em branco que constam nos Quadros I e II. Apresentamos dados gerais do Brasil todo em 2012 e dados das 26 capitais apenas nos anos de 2008 e 2012.

Dados objetivos das eleições de 2012 » Eleitores Inscritos e Aptos a Votar (I): 138.544.348. Comparecimento (Vo): 115.807.514 – 83,58%. Abstenções (A): 22.738.693 – ou 16,41%. Votos em Branco (B): 4.874.098 – ou 4,21%. Votos Nulos (N): 5.057.996 – ou 4,37%. Votos Válidos (Va): 105.875.260 – ou 88,06% dos que compareceram. Índice de Votos ABN: 23,58%.

2. DADOS DAS 26 CAPITAIS

Vejam que, na média, o **índice ABN das 26 capitais** é maior – em torno de 23% – que o nacional, ou seja, os eleitores das capitais comportam-se, na média, ligeiramente diferente do que o conjunto dos eleitores brasileiros. Esse fenômeno se explica pelo fato de os índices ABN terem sido excessivamente elevados em cinco capitais, todas elas com índices acima de 30%: Rio de Janeiro, o campeão do ABN, com 34,03%; São Paulo, com 33,74%; Belo Horizonte, com 32,55%; Natal, com 32,49%; e finalmente Salvador, com seus 31,43% de ABN (abstenções, brancos e nulos).

Nessas localidades, apenas dois em cada três eleitores aptos a votar utilizaram corretamente o seu voto e não o desperdiçaram. Ficam acima da média nacional para as capitais, de 28,99%, e muito acima da média nacional de 23,58%. Vale registrar que nas eleições municipais de 2008, nessas mesmas cidades capitais, o índice médio foi de 25,14%. Registrem-se aqui ainda os mais baixos índices ABN nas capitais: Aracaju com 16,66%; Porto Velho com 17,34%; Maceió com 17,52%; Macapá com 19,45%; e Manaus com 20,04% – capitais onde ocorrem algum recadastramento pelo TSE.

Aqui vale o registro do seguinte comentário: os votos válidos das 26 capitais representam 20,69% dos válidos de todo o País, ou seja, em apenas 26 cidades brasileiras está um em cada cinco eleitores de todo o País que escolheu um candidato para votar. Tal qual a renda e a riqueza neste País são extremamente concentradas os votos válidos dos eleitores inscritos também o são. As capitais representam um quinto de todo o País que tem 5.565 municípios.

COMPORTAMENTO NAS CAPITAIS

Agora comento especificamente como se comportaram os eleitores nas capitais dos estados brasileiros. Publicamos aqui uma planilha única (Quadro II) com todas as informações. Ela está em ordem alfabética de nomes das capitais. Assim, os dados de abstenções, brancos e nulos e os índices ABN que mencionarmos aqui neste trabalho estão contidos na planilha, e os leitores podem conferi-los.

Abstenções – diferente do que a grande mídia propagou, o comparecimento foi grande no País. A média de abstenções nas capitais foi de 17,46%, acima apenas 6,39% da média nacional. No entanto, há uma imensa variação entre as capitais. O mais alto índice de abstenções ficou com a cidade do Rio de Janeiro, com 20,45%. O mais baixo ficou com Maceió, em Alagoas, com apenas 8,50% de abstenções. Qual fenômeno levou eleitores do Rio de Janeiro a apresentarem mais que o dobro de abstenção que os de Maceió? Só uma pesquisa qualitativa poderia explicar melhor esse fenômeno. Intuímos que se trata de um problema de cadastro do TSE.

Votos brancos – aqui também há muita variação entre as capitais. A média nacional das capitais foi da ordem de 7,46%. No entanto, ele varia de 10,55%, em São Paulo, até ínfimos 1,87% em Macapá (AP) no Norte do País. Praticamente ninguém nessa capital perdeu seu voto, “votando em ninguém” (esse é o significado do voto branco, ninguém). É quatro vezes a diferença.

Votos Nulos – a média nas capitais foi da ordem de 6,52% e a maior variação ficou para a cidade de Natal, com 12,6%, e para Boa Vista (RR), também no Norte, com 2,08%. Mais uma vez uma capital do Norte se destaca pelo uso racional do voto. É quase seis vezes a diferença de comportamento com relação aos votos nulos entre as duas capitais.

Estamos há 26 anos sem que os eleitores sejam chamados a se recadastrar. Milhões de mortos constam como eleitores. Ainda bem que não votam

Por esse quesito, na cidade de São Paulo, brancos mais nulos atingem o índice de 18,72% dos votantes enquanto em Boa Vista, capital de Roraima, chegam a apenas 4,08%, ou 4,5 vezes mais votos desperdiçados.

Índice ABN – por fim, chegamos ao percentual geral de votos desperdiçados. Se – como já dissemos – a média nacional foi de **23,58%** dos eleitores inscritos, nas capitais esse índice ABN médio sobe e atinge a casa dos **28,99%**. Aqui nessas 26 cidades podemos dizer que um pouco acima de cada quatro eleitores inscritos resolveu desperdiçar seu voto. Assim, podemos dizer que pouco menos de um terço do eleitorado comparece às urnas e escolhe um candidato ou vota na legenda de um partido. E, em se falando de votos nominais e de legenda, não nos custa apresentar dados nacionais dos votos válidos, separando-os por nominais e de legenda. Aqui se vê ainda a força do voto na pessoa, no candidato e não no Partido, na sigla, na legenda. Dos **105.875.260** votos válidos em todo o País, **97.034.174** preferiram votar em um nome, em um número, em um candidato.

Índice ABN das 26 capitais » As 26 capitais brasileiras possuem os seguintes números e dados, resultantes das eleições do dia 7 de outubro: Eleitores Inscritos e Aptos a Votar (I): 30.863.635. Comparecimento (Vo): 25.475.6131 ou 82,5% dos inscritos. Abstenções (A): 5.388.504 ou 17,46% Votos em Branco (B): 1.899.514 ou 7,46%. Votos Nulos (N): 1.659.951 ou 6,52%. Votos Válidos (Va): 21.915.666 ou 71,01% dos que compareceram Índice de Votos ABN: 28,99%.

Isso significa **91,64%** dos votos válidos. Apenas **8.841.086** optaram por escolher uma legenda partidária, ou **8,36%**. Com isso, vê-se que ainda é forte a tradição do “vota em mim”, “confia em mim”, “eu sou mais representativo que o próprio partido”. Essa cultura arraigada e a forte tradição clientelista são algumas das explicações para a resistência de mudarmos a cultura política em nosso País para implantarmos o voto em lista partidária pré-ordenada, como ocorre em toda a Europa desde o fim da Segunda Guerra. Mas isso não passa no Brasil. Já foi proposto em várias vezes por vários partidos na Câmara dos Deputados quando dos debates sobre reforma política. O clientelismo, os coronéis do voto no interior falam mais alto.

No caso das capitais, em que pese a gritaria dos tais “analistas políticos” e mesmo dos comentaristas de plantão das redes de TV, que alardearam “o maior índice de nulos e brancos da história”, a verdade foi completamente diferente. Em algumas capitais

sim, é verdade, destoaram, como mencionamos acima (cinco delas acima de 30% de ABN). O eleitor brasileiro gosta de exercer seu direito de votar, privado que foi durante décadas da época do regime militar e em outros momentos de nossa história.

Diferente do que a grande mídia propagou, o comparecimento foi grande no País. A média de abstenções nas capitais foi de 17,46%, acima apenas 6,39% da média nacional. No entanto, há uma imensa variação entre as capitais

Como vimos pelos dados, por que os eleitores de capitais do Norte do País, como Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco comparecem mais, anulam menos e votam menos branco? Muito provavelmente, o cadastro dos cartórios eleitorais dessas capitais está mais enxuto, real. E nas capitais onde o ABN ultrapassa 30% houve particularidade que irritou os eleitores. Em Sampa, inventaram até um candidato completamente artificial como o Russomano, insuflado pela mídia. Enfim, explicações mais científicas só teríamos a partir de pesquisas e estudos mais específicos sobre isso.

No entanto, não nos encontramos entre os que bateram bumbo o tempo todo dizendo que os eleitores “protestaram nas urnas” contra a polaridade entre PT e PSDB. A nosso ver, essa polaridade vai seguir em diante e não vemos problema algum nela. Isso na verdade procura justificar a fragorosa derrota que tucanos e demistas tiveram no 1º e no 2º turno.

QUEM VENCEU E QUEM PERDEU

Sociólogos e cientistas políticos quando analisam eleições devem ser objetivos e racionais. Isso não quer dizer neutros. Não podem distorcer dados, manipulá-los. No entanto, a interpretação dos próprios dados pode ser subjetiva. Podemos usar vários “metros” para uma medição de qualquer coisa. Com o passar dos séculos, a forma de contar o próprio tempo foi sendo alterada para que hoje tivéssemos métodos cada vez mais precisos.

Para fazermos uma análise global, abrangente, profunda sobre quem ganhou e quem perdeu as eleições de 2012, devemos adotar critérios de aferição dos resultados. Há muitos que poderiam ser escolhidos. Após leitura de estudos, pesquisas, trabalhos publicados e mesmo reportagens que saíram a partir do dia seguinte das eleições de 7 e 28 de outubro passado, adotamos cinco grandes critérios, os mais usados e conhecidos. E, a partir deles, fizemos uma divisão em três grandes blocos. Vamos aos critérios.

Vê-se que ainda é forte a tradição do “vota em mim”, “confia em mim”, “eu sou mais representativo que o próprio partido”. Essa cultura arraigada e a forte tradição clientelista são algumas das explicações para a resistência de mudarmos a cultura política brasileira

Os cinco grandes critérios que adotamos foram os seguintes: 1. Número de votos que cada partido teve e, neste caso, comparamos o desempenho de 2008 com o de 2012 (eleições proporcionais); 2. Prefeitos eleitos (são as eleições majoritárias, quando é preciso a obtenção da maioria dos votos para ser eleito); 3. Vereadores eleitos; 4. Eleitores que serão governados nas cidades; e 5. Orçamento municipal que os partidos administrarão em 2013.



Pluralidade dos partidos: queda mais expressiva foi a do DEM, provavelmente pelo racha com o PSD do Kassab

Comportamento dos eleitores brasileiros em 2012 (quadro I)



UF	Eleitores Inscritos	Abstenções	%	Votantes	Votos Nulos	%	Votos em Brancos	%	Branco + Nulos	%	Votos Válidos	Índice ABN
AC	498.017	91.228	18,32%	406.789	11.211	2,76%	5.915	1,45%	17.126	4,21%	389.663	21,76
AL	1.863.029	156.574	8,40%	1.706.455	64.380	3,77%	52.913	3,10%	117.293	6,87%	1.589.162	14,70
AM	2.164.620	368.951	17,04%	1.795.669	44.060	2,45%	46.898	2,61%	90.958	5,07%	1.704.711	21,25
AP	448.018	70.671	15,77%	377.347	11.408	3,02%	5.540	1,47%	16.948	4,49%	360.399	19,56
BA	10.110.122	1.848.038	18,28%	8.262.084	391.849	4,74%	216.514	2,62%	608.363	7,36%	7.653.721	24,30
CE	6.192.371	1.026.462	16,58%	5.165.909	206.178	3,99%	124.536	2,41%	330.714	6,40%	4.835.195	21,92
ES	2.623.944	427.784	16,30%	2.196.160	80.087	3,65%	83.306	3,79%	163.393	7,44%	2.032.767	22,53
GO	4.219.655	604.573	14,33%	3.615.082	147.139	4,07%	115.936	3,21%	263.075	7,28%	3.352.007	20,56
MA	4.558.855	894.407	19,62%	3.664.448	95.595	2,61%	57.118	1,56%	152.713	4,17%	3.511.735	22,97
MG	15.019.136	2.456.750	16,36%	12.562.386	450.678	3,59%	493.647	3,93%	944.325	7,52%	11.618.061	22,64
MS	1.775.061	295.964	16,67%	1.479.097	43.060	2,91%	45.238	3,06%	88.298	5,97%	1.390.799	21,65
MT	2.170.993	394.486	18,17%	1.776.507	60.529	3,41%	46.672	2,63%	107.201	6,03%	1.669.306	23,11
PA	5.100.797	911.372	17,87%	4.189.425	119.348	2,85%	89.430	2,13%	208.778	4,98%	3.980.647	21,96
PB	2.865.819	457.493	15,96%	2.408.326	83.497	3,47%	65.114	2,70%	148.611	6,17%	2.259.715	21,15
PE	6.498.122	1.059.692	16,31%	5.438.430	179.599	3,30%	212.041	3,90%	391.640	7,20%	5.046.790	22,33
PI	2.365.074	393.683	16,65%	1.971.391	61.525	3,12%	30.882	1,57%	92.407	4,69%	1.878.984	20,55
PR	7.727.727	1.088.258	14,08%	6.639.469	213.044	3,21%	289.349	4,36%	502.393	7,57%	6.137.076	20,58
RJ	11.893.309	2.159.264	18,16%	9.734.045	810.906	8,33%	544.438	5,59%	1.355.344	13,92%	8.378.701	29,55
RN	2.355.539	316.256	13,43%	2.039.283	71.211	3,49%	49.973	2,45%	121.184	5,94%	1.918.099	18,57
RO	1.105.353	197.447	17,86%	907.906	20.118	2,22%	24.354	2,68%	44.472	4,90%	863.434	21,89
RR	292.394	45.272	15,48%	247.122	5.019	2,03%	3.869	1,57%	8.888	3,60%	238.234	18,52
RS	8.328.413	1.199.310	14,40%	7.129.103	182.061	2,55%	342.693	4,81%	524.754	7,36%	6.604.349	20,70
SC	4.739.345	601.692	12,70%	4.137.653	111.564	2,70%	130.822	3,16%	242.386	5,86%	3.895.267	17,81
SE	1.386.366	97.164	7,01%	1.289.202	49.334	3,83%	37.917	2,94%	87.251	6,77%	1.201.951	13,30
SP	31.253.317	5.427.860	17,37%	25.825.457	1.520.866	5,89%	1.748.169	6,77%	3.269.035	12,66%	22.556.422	27,83
TO	990.811	148.042	14,94%	842.769	23.730	2,82%	10.814	1,28%	34.544	4,10%	808.225	18,43
Tota	138.546.207	22.738.693	16,41%	115.807.514	5.057.996	4,37%	4.874.098	4,21%	9.932.094	8,58%	105.875.420	23,58

Comportamento dos eleitores nas 26 capitais brasileiras (quadro II)



UF	Capital	Eleitores Inscritos	Votantes	Abstenções	%	Votos Nulos	%	Votos em Brancos	%	Brancos + Nulos	%	Votos Válidos	Índice ABN
SE	Aracaju	367.173	334.413	32.760	8,92%	12.565	3,76%	15.859	4,74%	28.424	8,50%	305.989	16,66
PA	Belém	1.009.756	828.525	181.231	17,95%	34.298	4,14%	40.735	4,92%	75.033	9,06%	753.492	25,38
MG	Belo Horizonte	1.860.172	1.508.930	351.242	18,88%	114.938	7,62%	139.383	9,24%	254.321	16,85%	1.254.609	32,55
RR	Boa Vista	183.173	152.551	30.622	16,72%	3.179	2,08%	3.039	1,99%	6.218	4,08%	146.333	20,11
MS	Campo Grande	561.630	468.959	92.671	16,50%	15.245	3,25%	21.769	4,64%	37.014	7,89%	431.945	23,09
MT	Cuiabá	397.626	332.112	65.514	16,48%	10.901	3,28%	12.514	3,77%	23.415	7,05%	308.697	22,36
PR	Curitiba	1.172.939	1.066.280	106.659	9,09%	66.384	6,23%	89.557	8,40%	155.941	14,62%	910.339	22,39
SC	Florianópolis	322.875	264.965	57.910	17,94%	15.230	5,75%	13.195	4,98%	28.425	10,73%	236.540	26,74
CE	Fortaleza	1.612.155	1.353.953	258.202	16,02%	48.755	3,60%	56.032	4,14%	104.787	7,74%	1.249.166	22,52
GO	Goiânia	850.777	745.190	105.587	12,41%	62.816	8,43%	47.450	6,37%	110.266	14,80%	634.924	25,37
PB	João Pessoa	480.237	407.363	72.874	15,17%	17.005	4,17%	18.259	4,48%	35.264	8,66%	372.099	22,52
AP	Macapá	253.365	214.427	38.938	15,37%	6.325	2,95%	4.017	1,87%	10.342	4,82%	204.085	19,45
AL	Maceió	501.081	458.475	42.606	8,50%	18.369	4,01%	26.815	5,85%	45.184	9,86%	413.291	17,52
AM	Manaus	1.178.120	1.006.184	171.936	14,59%	23.555	2,34%	40.569	4,03%	64.124	6,37%	942.060	20,04
RN	Natal	526.417	429.995	96.422	18,32%	54.193	12,60%	20.405	4,75%	74.598	17,35%	355.397	32,49
TO	Palmas	150.526	126.562	23.964	15,92%	3.890	3,07%	2.723	2,15%	6.613	5,23%	119.949	20,31
RS	Porto Alegre	1.076.263	876.607	199.656	18,55%	42.267	4,82%	80.611	9,20%	122.878	14,02%	753.729	29,97
RO	Porto Velho	278.410	248.707	29.703	10,67%	8.104	3,26%	10.467	4,21%	18.571	7,47%	230.136	17,34
PE	Recife	1.169.678	978.113	191.565	16,38%	34.857	3,56%	62.880	6,43%	97.737	9,99%	880.376	24,73
AC	Rio Branco	226.366	187.121	39.245	17,34%	5.573	2,98%	3.699	1,98%	9.272	4,96%	177.849	21,43
RJ	Rio de Janeiro	4.719.607	3.754.393	965.214	20,45%	335.770	8,94%	305.024	8,12%	640.794	17,07%	3.113.599	34,03
BA	Salvador	1.881.544	1.506.522	375.022	19,93%	117.727	7,81%	98.682	6,55%	216.409	14,36%	1.290.113	31,43
MA	São Luis	678.070	546.770	131.300	19,36%	14.252	2,61%	18.000	3,29%	32.252	5,90%	514.518	24,12
SP	São Paulo	8.619.170	7.026.448	1.592.722	18,48%	573.524	8,16%	741.560	10,55%	1.315.084	18,72%	5.711.364	33,74
PI	Teresina	531.138	445.596	85.542	16,11%	10.072	2,26%	12.581	2,82%	22.653	5,08%	422.943	20,37
ES	Vitória	255.367	205.970	49.397	19,34%	10.157	4,93%	13.689	6,65%	23.846	11,58%	182.124	28,68
Totais		30.863.635	25.475.131	5.388.504	17,46%	1.659.951	6,52%	1.899.514	7,46%	3.559.465	13,97%	21.915.666	28,99

Dos cinco critérios acima, todos os dados que publicamos neste artigo são oficiais obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, o último quesito, a base de dados foi do jornal *Folha de S.Paulo* em diversas edições. Eles possuem equipes de pesquisadores que buscaram os orçamentos municipais aprovados para 2013 em todas as cidades brasileiras e os totalizaram segundo os partidos políticos que venceram as eleições. A segunda divisão que estabelecemos diz respeito aos blocos que formamos entre os partidos para estabelecer a análise. E isso é assim no mundo inteiro, em especial em Países parlamentaristas onde em eleições municipais e provinciais, ou distritais (aqui são estaduais), vencem as coligações ou os blocos de partidos. E a imprensa usa o termo “bloco governista ou bloco de oposição”.

Dessa forma, estabelecemos três blocos. Ao primeiro deles chamamos “bloco governista” ou “base aliada”. É formado pelos 10 maiores partidos que apoiam o governo da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. São eles: PT, PMDB, PSB, PDT, PR, PTB, PCdoB, PSC, PRB e PP. Depois criamos um bloco a que chamamos “independente”. Ele é integrado pelo recém-criado PSD, de Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo (ex-Pfle ex-DEM), pelo Partido Verde (PV). E criamos uma linha na planilha a que chamamos “outros”, uma somatória de micropartidos, em sua maioria inclusive da base do governo, mas quase sem expressão nacional e com pouquíssimos deputados federais. É possível que tanto o PSD quanto o PV, na reforma ministerial de fevereiro de 2013, possam ingressar na base aliada da presidente Dilma.

Por fim, o terceiro bloco, a que chamamos “oposição”, formada por PSDB, DEM, PPS e PSOL, que faz uma oposição mais pela esquerda. Aqui se pode dizer que em muitos municípios partidos de estrato ideológico mais conservador e à direita, como PP e PTB, podem ter enfrentado PT, PSB e PCdoB, partidos da base que são mais à esquerda. No entanto, na maioria das localidades, houve coligações dentro do campo da base aliada. Um prefeito mesmo sendo do PP ou do PTB, para ficarmos nestes exemplos mencionados, se se coligou com o PT, partido da presidente, o candidato deve ter usado em sua propaganda – e de fato usou pelo País afora – programas vitrines do governo federal como o “bolsa família – o maior programa de transferência de renda do planeta e elogiado e premiado pelas Nações Unidas; o programa Minha Casa, Minha Vida; o mais de um milhão de bolsas do Pró-UNI; as UPAs da saúde; e tantos outros.



Os quase 33 milhões de votos desperdiçados representam 23,58% do total de inscritos votantes: um em cada quatro eleitores no Brasil desperdiça seu voto

O Brasil possui cadastrados 138,5 milhões de eleitores. Seguindo essa metodologia, os partidos da base aliada vão governar a vida de 96,2 milhões de eleitores ou 69,46% do total

A oposição não pode usar tais programas. Não teve muito que mostrar em termos de trazer benefícios do governo federal para seu município. Mas, tem mais. Em centenas de cidades grandes e médias, tanto a presidente Dilma quanto o ex-presidente Lula deram depoimentos na TV e nos programas de rádios dos candidatos ora situacionistas ora oposicionistas.

Esclarecidos esses critérios, métodos e blocos, a partir de agora publicamos aqui dois grandes quadros, as tabelas III e IV, que tratam respectivamente da votação dos partidos para vereador e prefeito comparativamente entre 2008 e 2012, com uma coluna de variação dessa votação para mais ou para menos. Aqui o leitor poderá ver com nitidez o encolhimento que setores oposicionistas tiveram e o grande crescimento da maioria dos partidos da base aliada. E a soma por blocos também mostrará isso.

Por fim, a última planilha (Quadro V), onde agrupamos os restantes dois critérios, que são os números referentes aos eleitores que governarão e os orçamentos que serão gerenciados em 2013. Todos esses dados estão agrupados em subtópicos por blocos com os respectivos percentuais. Vamos agora aos comentários por critério/ quesito.

Votação para vereador – o chamado bloco governista/base aliada obteve nas eleições deste ano 68,10 milhões de votos contra 23,32 milhões de votos da oposição. Isso perfaz uma diferença de 44,78 milhões a mais. No entanto, uma análise mais detalhada mostra que o PT individualmente obteve 17,26 milhões de votos a mais no País, ainda que seu crescimento tenha sido de apenas 4,42%. Já o maior partido da oposição, o PSDB, obteve 13,94 milhões, mas com um declínio de 4,06%. A queda mais expressiva foi a do DEM, provavelmente pelo racha com o PSD do Kassab. Esse partido obteve apenas 4,54 milhões de votos – no 1º turno, claro –, mas seu declínio com relação a 2008 foi de 51,29%. O PPS encolheu, também, na faixa de 12,81%.

Desempenho dos partidos em 2008 e 2012 - Variação da votação dos partidos (quadro III)



Situação	Partido	Votações dos Partidos (1)				
		2008	%	2012	%	Variação
Base aliada	PT	16,53	16,60	17,26	16,30	4,42
	PMDB	18,49	18,57	16,67	15,75	-9,84
	PSB	5,67	5,69	8,66	8,18	52,73
	PDT	6,10	6,13	6,25	5,90	2,46
	PR	4,28	4,30	3,77	3,56	-11,92
	PTB	5,06	5,08	4,04	3,82	-20,16
	PCdoB	1,76	1,77	1,87	1,77	6,25
	PSC	1,01	1,01	1,68	1,59	66,34
	PRB	1,51	1,52	2,52	2,38	66,89
	PP	6,14	6,17	5,38	5,08	-12,38
Total		66,55	66,82	68,10	64,32	2,33
Independentes	PSD	0,00	0,00	5,85	5,53	*
	PV	2,96	2,97	2,13	2,01	-28,04
	Outros	2,63	2,64	6,47	6,11	146,01
Total		5,59	5,61	14,45	13,65	158,50
Oposição	PSDB	14,53	14,59	13,94	13,17	-4,06
	DEM	9,32	9,36	4,54	4,29	-51,29
	PPS	2,81	2,82	2,45	2,31	-12,81
	PSOL	0,79	0,79	2,39	2,26	202,53
Total		27,45	27,56	23,32	22,03	-15,05
Totais Gerais		99,59	100,00	105,87	100,00	6,31

1. Votos nominais e de legenda em milhões

Se considerarmos que o PSD e o PV podem vir para a base aliada em 2013, a soma dos desempenhos neste quesito sobe para um total da ordem 82,55 milhões de votos. Ou dito de outra forma, a força da oposição brasileira reside hoje em uma fatia de 22% dos votos válidos no País ou apenas um em cada cinco eleitores que escolhe votar em um candidato ou em uma legenda prefere um partido que faz oposição ao governo federal.

Prefeitos eleitos – o bloco de prefeitos eleitos da base aliada emplacou 3.669 prefeitos ou 65,93% do total de 5.565 prefeitos existentes no País. O bloco oposicionista elegeu apenas 1.101 ou 19,78% do total. Aqui vale o registro particularizado. Em termos percentuais, o PSB foi o que mais cresceu, com 42,26%. Apesar da diminuição de 14,49% do total de seus prefeitos com relação a 2008, o PMDB segue sendo o que elegeu mais prefeitos, 1.027, ou 18,45% do total nacional.

Ao compararmos com dados de 2008, quando a oposição elegeu 1.416, agora em 2012 caiu para os 1.101, significando uma redução de 22,25%. Sua fatia nacional que era de 25,49% cai agora para 19,78%. O bloco a que estamos chamando “independentes”, formados por PSD, PV e outros menores, tinha 218 prefeitos e passou a 795 – um salto de 264,68%.

Votações partidárias – como já dissemos, levamos em conta os votos totais para as eleições de vereador, que são chamadas de proporcionais. Aqui somamos os votos nominais (quando um eleitor escolhe um candidato específico) com os de legenda (quando o eleitor escolhe apenas o número de um partido).

Nesse quesito também os partidos da base aliada cresceram no conjunto e somam percentuais expressivos. A base da

presidente Dilma conquistou 68,10 milhões de votos enquanto a sua oposição 23,32 milhões, de um total de 105,87 milhões de votos válidos (22,03%). Se retrocedermos para 2008, a situação havia obtido 66,55 milhões, crescendo 2,33% apenas, enquanto a oposição obteve nesse ano 27,45 milhões, de forma que encolheu expressivos 15,05% do seu capital eleitoral. Isso sem falar nos chamados independentes (registrando que o PSD não existia em 2008), quando eles obtiveram 5,59 milhões de votos, passando agora para expressivos 14,45 milhões de votos, em um crescimento exponencial de 158,5%. Se somarmos os partidos independentes que podem vir para a base aliada, o governo amplia a sua influência em 77,97% dos votos obtidos nas eleições proporcionais.

O encolhimento mais significativo, explicado pelo racha do PSD, ocorreu com o DEM. Esse partido, que já foi Arena, PDS, Pfl e agora é DEM, obteve 9,32 milhões de votos em 2008, caindo agora em 2012 para 4,54 milhões, significando uma redução de 51,29% – a maior de todos os que caíram. O PSDB perdeu 4,06% e o PPS 12,81%. Destaca-se na oposição o crescimento do PSOL, que elegeu 49 vereadores no País, e amealhou este ano 2,39 milhões de votos, ou seja, 2,31% do total do País, significando um crescimento de 202,53% com relação aos seus apenas 790 mil votos das eleições passadas. Ainda que tenha eleito apenas dois prefeitos, um deles é de capital, Macapá (AP).

Há 32 partidos legalizados e aptos a disputar as eleições e, desses, 28 elegeram prefeitos. No caso dos vereadores, até o minúsculo PCB elegeu cinco e o PSTU dois

Eleitores governados – aqui registramos que não consideramos esse um bom critério para aferir vitórias e derrotas. Ele apenas ilustra mais o que se poderia dizer de área de influência de um prefeito sobre o conjunto dos eleitores de sua cidade. Isso, claro, não se traduz em influência eleitoral diretamente. No entanto, sabemos que prefeitos bem avaliados e bem votados aumentam seus cacifes para ajudar a eleger mais deputados federais e estaduais. Quanto a isso temos algumas pesquisas realizadas que comprovam essa hipótese. No caso de influências nas eleições presidenciais, os estudos e opiniões que temos visto é de que as eleições municipais não guardam relação alguma com as nacionais. Mas, esse é tema para outro artigo.

O Brasil possui cadastrados 138,5 milhões de eleitores. Seguindo essa metodologia, os partidos da base aliada vão governar a vida de 96,2 milhões de eleitores ou 69,46% do total, enquanto a oposição de 27,9 milhões, ou 20,14% do total. Os chamados independentes vão governar 10,4 milhões. Grosso modo, podemos dizer que os partidos situacionistas governarão 68 milhões de eleitores a mais que os oposicionistas. Sem contar as possíveis adesões de PSD e PV.

Orçamentos municipais - temos que entender o conceito aqui exposto. Orçamentos municipais nada têm a ver com PIB, que é a riqueza produzida nos municípios brasileiros, e ainda esse conceito, os PIBs municipais não são o PIB nacional, que envolve ainda as riquezas do estados e do País como um todo.

Pelos dados de que dispomos, os 5.565 municípios brasileiros possuem orçamentos municipais somados da ordem de 342,38 bilhões de reais. Em cima disso é que fazemos os percentuais administrados pelos três blocos em análise aqui. A situação vai administrar **243,70 bilhões** de reais ou 71,18% do total, e a oposição **59,60 bilhões**, ou 17,41%. Isso significa que governistas terão quatro vezes mais recursos disponíveis em suas mãos. O bloco “do meio”, a que chamamos independentes, mas que pode vir para a base aliada, ficará com mais **39,08 bilhões** de reais ou 11,41%.

Eleitores governados e orçamento - 2012 (quadro IV)



CONCLUSÕES NECESSÁRIAS

Não há dúvida de uma coisa: os partidos da base do governo da presidente Dilma saíram-se muito melhor do que os que fazem oposição a ela na esfera federal. Pelos cinco critérios aqui levantados a oposição somada chega a no máximo 22% de um deles [os partidos de base], sendo que atinge até os 17% quando se trata da fatia dos recursos municipais que administrará.

Conforme demonstramos acima, com dados objetivos e o governo saiu a cavaleiro do processo. Vai realizar, em fevereiro, uma reforma ministerial, ampliar o espaço do PMDB e do PSB para consolidar a aliança que governa o País há 10 anos e que lhe dará amplas chances de ser reeleito em 2014. Pode oferecer ministérios ao PSD e quem sabe até ao PV. A sua base de sustentação no Congresso Nacional também é das maiores e será ainda maior em 2015, pois, ao que tudo indica, os partidos do campo oposicionistas diminuirão ainda mais e os governistas, com os novos prefeitos eleitos, devem ampliar os deputados apoiados por esses prefeitos.

Temos ainda o efeito das eleições da cidade de São Paulo, a maior do País. Foram quase 800 mil votos de diferença, ou 10% dos válidos, para Fernando Haddad, do PT, contra José Serra do PSDB. Não se pode dizer que a carreira política de Serra esteja encerrada e ele mesmo não anuncia isso. No entanto, a fila anda, como se diz popularmente, e ele terá dificuldades para conseguir a legenda de seu

Situação	Partidos	Governados (1)	%	Orçamento (2)	%
Base aliada	PT	27,7	20,00	76,2	22,26
	PMDB	22,9	16,53	61,5	17,96
	PSB	15,3	11,05	36,9	10,78
	PDT	8,7	6,28	24,2	7,07
	PR	4,6	3,32	9,3	2,72
	PTB	4,2	3,03	9	2,63
	PCdoB	2,3	1,66	5	1,46
	PSC	1,6	1,16	2,4	0,70
	PRB	1,6	1,16	2,6	0,76
	PP	7,3	5,27	16,6	4,85
Total		96,20	69,46	243,70	71,18
Independentes	PSD	8,6	6,21	20,6	6,02
	PV	2,3	1,66	6	1,75
	Outros	3,5	2,53	12,48	3,65
Total		14,40	10,40	39,08	11,41
Oposição	PSDB	18,3	13,21	39,7	11,60
	DEM	6,4	4,62	13	3,80
	PPS	2,9	2,09	6,5	1,90
	PSOL	0,3	0,22	0,4	0,12
Total		27,90	20,14	59,60	17,41
Totais Gerais		138,50	100,00	342,38	100,00

1. Eleitores governados, em milhões 2. Orçamentos municipais em bilhões de reais

Partido em 2014 para disputar, pela terceira vez, a presidência. Tudo indica que Aécio Neves deva ser candidato, mas para perder, pois ele mesmo tem dito sobre suas dificuldades de construir um arco amplo de alianças.

A grande imprensa, que nos tempos atuais tem servido como o maior partido de oposição ao governo federal, tem feito esforços para descolar o PSB de Eduardo Campos da coligação da presidente Dilma. Dizem que em política não se pode fazer afirmações taxativas. No entanto, consideramos muito difícil que isso ocorra, até porque a economia vai deslanchar exatamente em 2013 e 2014. Os números são: O Brasil possui cadastrados 138,5 milhões de eleitores. Seguindo essa metodologia, os partidos da base aliada vão governar a vida de 96,2 milhões de eleitores ou 69,46% do total, enquanto a oposição de 27,9 milhões, ou 20,14% do total. Os chamados independentes vão governar 10,4 milhões. Grosso modo, podemos dizer que os partidos situacionistas governarão 68 milhões de eleitores a mais que os oposicionistas. Sem contar as possíveis adesões de PSD e PV.

Orçamentos municipais - temos que entender o conceito aqui exposto. Orçamentos municipais nada têm a ver com PIB, que é a riqueza produzida nos municípios brasileiros, e ainda esse conceito, os PIBs municipais não são o PIB nacional, que envolve ainda as riquezas dos estados e do País como um todo.

Pelos dados de que dispomos, os 5.565 municípios brasileiros possuem orçamentos municipais somados da ordem de 342,38 bilhões de reais. Em cima disso é que fazemos os percentuais administrados pelos três blocos em análise aqui. A situação vai administrar **243,70 bilhões** de reais ou 71,18% do total, e a oposição **59,60 bilhões**, ou 17,41%. Isso significa que governistas terão quatro vezes mais recursos disponíveis em suas mãos. O bloco "do meio", a que chamamos independentes, mas que pode vir para a base aliada, ficará com mais **39,08 bilhões** de reais ou 11,41%.

Eleitores governados e orçamento - 2012 (quadro IV)



Situação	Partidos	Governados (1)	%	Orçamento (2)	%
Base aliada	PT	27,7	20,00	76,2	22,26
	PMDB	22,9	16,53	61,5	17,96
	PSB	15,3	11,05	36,9	10,78
	PDT	8,7	6,28	24,2	7,07
	PR	4,6	3,32	9,3	2,72
	PTB	4,2	3,03	9	2,63
	PCdoB	2,3	1,66	5	1,46
	PSC	1,6	1,16	2,4	0,70
	PRB	1,6	1,16	2,6	0,76
	PP	7,3	5,27	16,6	4,85
Total		96,20	69,46	243,70	71,18
Independentes	PSD	8,6	6,21	20,6	6,02
	PV	2,3	1,66	6	1,75
	Outros	3,5	2,53	12,48	3,65
Total		14,40	10,40	39,08	11,41
Oposição	PSDB	18,3	13,21	39,7	11,60
	DEM	6,4	4,62	13	3,80
	PPS	2,9	2,09	6,5	1,90
	PSOL	0,3	0,22	0,4	0,12
Total		27,90	20,14	59,60	17,41
Totais Gerais		138,50	100,00	342,38	100,00

1. Eleitores governados, em milhões 2. Orçamentos municipais em bilhões de reais

CONCLUSÕES NECESSÁRIAS

Não há dúvida de uma coisa: os partidos da base do governo da presidente Dilma saíram-se muito melhor do que os que fazem oposição a ela na esfera federal. Pelos cinco critérios aqui levantados a oposição somada chega a no máximo 22% de um deles [os partidos de base], sendo que atinge até os 17% quando se trata da fatia dos recursos municipais que administrará.

Conforme demonstramos acima, com dados objetivos e o governo saiu a cavaleiro do processo. Vai realizar, em fevereiro, uma reforma ministerial, ampliar o espaço do PMDB e do PSB para consolidar a aliança que governa o País há 10 anos e que lhe dará amplas chances de ser reeleito em 2014. Pode oferecer ministérios ao PSD e quem sabe até ao PV. A sua base de sustentação no Congresso Nacional também é das maiores e será ainda maior em 2015, pois, ao que tudo indica, os partidos do campo oposicionistas diminuirão ainda mais e os governistas, com os novos prefeitos eleitos, devem ampliar os deputados apoiados por esses prefeitos.

Temos ainda o efeito das eleições da cidade de São Paulo, a maior do País. Foram quase 800 mil votos de diferença, ou 10% dos válidos, para Fernando Haddad, do PT, contra José Serra do PSDB. Não se pode dizer que a carreira política de Serra esteja encerrada e ele mesmo não anuncia isso. No entanto, a fila anda, como se diz popularmente, e

ele terá dificuldades para conseguir a legenda de seu Partido em 2014 para disputar, pela terceira vez, a presidência. Tudo indica que Aécio Neves deva ser candidato, mas para perder, pois ele mesmo tem dito sobre suas dificuldades de construir um arco amplo de alianças.

A grande imprensa, que nos tempos atuais tem servido como o maior partido de oposição ao governo federal, tem feito esforços para descolar o PSB de Eduardo Campos da coligação da presidente Dilma. Dizem que em política não se pode fazer afirmações taxativas. No entanto, consideramos muito difícil que isso ocorra, até porque a economia vai deslanchar exatamente em 2013 e 2014. Os números estão mostrando. E a recuperação já começou.

Prefeitos e vereadores eleitos (quadro V)



Situação	Partidos	Prefeitos					Vereadores				
		2008	%	2012	%	Var%	2008	%	2012	%	Var%
Base aliada	PT	558	10,04	636	11,43	13,98	4.168	8,03	5.164	9,00	23,90
	PMDB	1201	21,62	1.027	18,45	-14,49	8.475	16,33	7.964	13,88	-6,03
	PSB	310	5,58	441	7,92	42,26	2.956	5,70	3.556	6,20	20,30
	PDT	352	6,34	311	5,59	-11,65	3.523	6,79	3.658	6,37	3,83
	PR	385	6,93	274	4,92	-28,83	3.534	6,81	3.184	5,55	-9,90
	PTB	413	7,43	296	5,32	-28,33	3.934	7,58	3.571	6,22	-9,23
	PCdoB	41	0,74	56	1,01	36,59	612	1,18	976	1,70	59,48
	PSC	57	1,03	83	1,49	45,61	1.146	2,21	1.464	2,55	27,75
	PRB	54	0,97	78	1,40	44,44	780	1,50	1.204	2,10	54,36
	PP	551	9,92	467	8,39	-15,25	5.128	9,88	4.926	8,58	-3,94
Total		3.922	70,59	3.669	65,93	-6,45	34.256	66,00	35.667	62,15	160,51
Independentes	PSD	0	0,00	496	8,91	*	0	0,00	4.660	8,12	*
	PV	75	1,35	96	1,73	28,00	1.237	2,38	1.586	2,76	28,21
	Outros	143	2,57	203	3,65	41,96	3.528	6,80	5.049	8,80	43,11
Total		218	3,92	795	14,29	264,68	4.765	9,18	11.295	19,68	71,33
Oposição	PSDB	791	14,24	698	12,54	-11,76	5.897	11,36	5.248	9,14	-11,01
	DEM	496	8,93	278	5,00	-43,95	4.801	9,25	3.276	5,71	-31,76
	PPS	129	2,32	123	2,21	-4,65	2.159	4,16	1.856	3,23	-14,03
	PSOL	0	0,00	2	0,04	*	25	0,05	49	0,09	96,00
Total		1.416	25,49	1.101	19,78	-22,25	12.882	24,82	10.429	18,17	-19,04
Totais Gerais		5.556	100,00	5.565	100,00	100,00	51.903	100,00	57.391	100,00	100,00

1. Eleitores governados, em milhões 2. Em bilhões de reais

Serra perdeu as eleições para Lula em 2002 pelo simples fato de que o povo queria mudança e ele representava a continuidade de oito anos de FHC. Depois perdeu novamente em 2010, porque o povo queria a continuidade de Lula com a Dilma e ele se apresentava como "a mudança". E não aprendeu a lição. Atropela quatro pré-candidatos às eleições para prefeito de São Paulo de seu próprio partido – dois se retiram e outros dois vão às prévias e ele vence por pouco mais de 50% –, e nesse processo ele se apresentava como a continuidade do prefeito Kassab – o prefeito pior avaliado das capitais – e o povo, largamente, queria mudança. Sua rejeição havia chegado no 2º turno a elevadíssimos 52%, e, só por isso, era matematicamente impossível vencer.

Há que registrar aqui uma possibilidade que vem sendo construída, sobre a qual temos ouvido nos bastidores. Uma ampla reforma partidária pode acontecer no Brasil até fevereiro ou março de 2013. Seu prazo limite, para o famoso troca-troca

partidário, deve ser 30 de setembro, que é a data limite para filiações para quem vai disputar cargos eletivos em 2014. Essa reforma deve sair por fusão ou incorporação de partidos. Já existem jurisprudências no TSE e no STF, segundo as quais um deputado ao mudar de partido para ir a um novo, que vem sendo fundado ou por fusão, não perderá seu mandato. E o novo partido herda o tempo de TV das adesões dos deputados federais e o fundo partidário.

Não se pode prever exatamente que formato terá essa reforma partidária. Arriscamos alguns palpites. O DEM pode se incorporar a outro partido, que pode ser PMDB ou PP, ambos da base do governo. Isso será golpe mortal na candidatura do PSDB, que perde seu antigo e tradicional aliado e conseqüentemente o tempo de TV encolhe ainda mais. Pode ter outras incorporações envolvendo PTB e PDT, ambos trabalhistas. O PPS deve resistir, mas pode ser engolido em um processo de fusão com outra legenda, até o próprio PSDB, partido hoje que se coloca no espectro político e ideológico no campo da direita. O centro está ocupado hoje pelo PMDB.

Não há como negar que o PT cresceu e se fortaleceu. Pelos cinco critérios acima demonstrados. Passou a campanha eleitoral inteira, de 3 de agosto a 7 de outubro, sendo atacado e tendo o seu nome enxovalhado em todas as redes de TV e nas manchetes dos jornais nacionais. Nada disso o afetou. Venceu inclusive na maior cidade da América Latina (de quase 20 milhões de habitantes). Com a quase certa ida do partido de Kassab ao governo federal, a situação de Alckmin se complica e muito em São Paulo. Ele deve perder aliados como PSB, PP, PDT e temos dúvidas mesmo se até o PRB de Russomano ficará com ele. Ele corre sérios riscos de encerrar os 20 anos de domínio tucano no estado de São Paulo – o último bastião ainda intocável da oposição conservadora no Brasil.

Finalizamos dizendo, na contramão de vários analistas políticos e comentaristas de TV de plantão, que foi positivo que tenham ampliado o espectro e o leque de partidos que tenham conseguido eleger prefeitos, seja das capitais, seja no País inteiro. O Brasil tem 32 partidos legalizados e aptos a disputar as eleições e, desses, 28 elegeram prefeitos. Se formos ver no caso dos vereadores, até o minúsculo PCB elegeram cinco e o PSTU dois. Apenas o PCO ficou sem vereador no País. Consideramos isso salutar para a democracia. Acabamos por ter no Brasil um sistema presidencialista, mas híbrido, onde o presidente tem que negociar com partidos e suas bancadas no Congresso a formação de um governo de coalizão política. A democracia agradece. O modelo, sonhado pelos conservadores, é regime de poucos partidos ou mesmo ditaduras de partido único. Não serve ao nosso Brasil.

LEJEUNE MIRHAN é jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista SOCIOLOGIA, Fevereiro de 2013.**

...e Yoani Sánchez, quem diria, acabou reprimida em Feira de Santana (MALU FONTES)

CUBA, todo mundo sabe, é aquela ilha caribenha governada há décadas por um ditador, que recentemente passou o poder a um irmão menos ancião, mas igualmente ditador. A ilha e seu regime são elogiadíssimos por brasileiros estrelados que, sempre do alto de suas coberturas em Ipanema e no Leblon, não cansam de tecer loas ao castrismo (antes, de Fidel e, agora, de Raul. Mas pergunte se algum deles gostaria de morar lá... Aliás, os comunistas brasileiros mais íntimos de Fidel são vistos sempre nas colunas sociais e políticas em altas rodas: passeios em barcos nababescos de empresários amigos, reveillon e castelos em Paris e praias paradisíacas cujos spas têm diárias que alimentariam por uma década a família inteira de Yoani. Zé Dirceu e Fernando Moraes que o digam. Nas balaustradas do Malecón ninguém aparece.

Aqui, na Bahia, desde o desembarque, segunda-feira, da blogueira cubana Yoani Sánchez, alçada ao posto de inimiga número 1 dos irmãos Castro, armou-se um alvoroço surreal. Um deputado estadual daqui, um líder estudantil dali e uns comunas de pijama dacolá entraram em pé de guerra, mais raivosos que índios quando se pintam de vermelho para a dança da guerra. O palco maior da cena até aqui? Feira de Santana, destino de Yoani imediatamente após desembarcar para participar do lançamento de um documentário sobre Cuba e do qual ela participa. Por pouco, a cubana não recebeu dos comunas de plantão em Feira tratamento semelhante ao dado aos integrantes da banda New Hit, em julgamento no Fórum de uma cidade ali por perto, Ruy Barbosa, acusados da prática de estupro coletivo contra fãs e, por isso, ameaçados de linchamento.

Se os amigos baianos de Fidel e Raul não se levassem tão a sério e não se acreditassem tão ameaçadores, estaríamos diante de uma comédia, com direito, inclusive, à participação coadjuvante do senador paulista Eduardo Suplicy, que se desterrou de suas bandas para dar apoio receptivo à moça. Impagável como sempre, nos telejornais de segunda à noite e terça Suplicy aparecia de dedo em riste e aos gritos, num arremedo do personagem mais recente de Tarantino, o destemido e incontido Django. Como um Django desarmado, Suplicy urrava para os comunistas incontíveis que não deixam Yoani falar nem tampouco entrar na sala de cinema para ver o documentário, cuja exibição foi cancelada. Gritava, com a mãozinha no alto e o dedão indicador chamando os protestantes para a briga retórica: "vem aqui discutir comigo, vem; seja corajoso, vem aqui discutir comigo". Mais comédia, impossível. Um regime político que considera aquela moçoila uma inimiga que justifica até mesmo o envio de dossiês diplomáticos ao governo brasileiro sobre sua periculosidade ideológica só pode ser objeto de gargalhada.

Para dar à cena o frescor da juventude, estavam também meninos e meninas do movimento estudantil, essa categoria formada em grande parte por alunos que não querem jamais terminar a faculdade e odeiam estudar, justamente para não sair da universidade nem do movimento, pois é graças a este que circulam por aí custeados. Mesmo separado por décadas dos

comunas de pijama, os jovens do movimento estudantil têm em comum com aqueles a aversão pelo direito de expressão de quem diverge de suas opiniões quanto às qualidades dos companheiros Lenin e Stálin, e o gosto pelo uso de termos como 'imperialismo ianque', para eles uma palavra tão atual quanto byte, convergência e ziriguidum. A blogueira, por sua vez, de tão acostumada à repressão, está achando tudo lindo e democrático. Se chegasse um pouco antes, corria o risco de levar um pito de Oscar Niemeyer.

MALU FONTES é jornalista e professora de jornalismo da UFBA. **Jornal CORREIO DA BAHIA, Fevereiro de 2013.**

Homo medicinalis (ALDO PEREIRA)

ELE TOMA Prozac para elevar o moral, Ritalina para elevar a concentração e Viagra para outras levitações. Logo adiante, ele terá na farmácia de seu banheiro mais drágeas e comprimidos, receitados para doenças degenerativas como reumatismo, hipertensão, diabetes, insuficiências hormonais e disfunções várias. Será, então, assumido dependente de drogas.

Em compensação, viverá mais, não apenas para contentamento próprio, mas também para o dos acionistas da Big Pharma (cognome do oligopólio multinacional dos remédios): quanto mais cada espécime de "H. medicinalis" durar, maior será sua despesa cumulativa e progressiva com farmácia. Orçamento da Big Pharma supera o da maioria dos países. Afinal, não sai barato adular e persuadir médicos e burocratas que decidem compras estatais de remédio. Nem campanhas como as de convencer o público de que tal comprimido cura gripe e resfriado. (Mesmo que não cure, e mesmo que resfriado e gripe sejam doenças diferentes quanto a sintomas e causas.) E quanto não cobra o lobby já denunciado como ativo na limitação legal da concorrência de genéricos?

Mas não é justo desconsiderar o custo real de combinar segurança e eficácia nos remédios. Leve em conta a loteria de drogas novas buscadas por Big Pharma. Pesquisar, desenvolver, testar e distribuir pode custar milhões de dólares, em geral com retorno que não se inicia em menos de cinco a dez anos. Após os quais, nem toda patente garante lucro, seja pelo advento de sucedâneos mais eficazes e seguros, seja por imprevisto e desastroso efeito colateral duma droga nova. Na semana passada, a Merck concordou em pagar US\$ 688 milhões a investidores queixosos de lambanças com Vytorin, indicado para controle de colesterol.

Tais considerações práticas levam Big Pharma a descartar projetos que, embora menos proveitosos, atenderiam suposto compromisso social com preservação da saúde pública. Exemplo em debate é o relativo desinteresse em pesquisa e desenvolvimento de antibióticos (drogas indicadas para tratamento específico de infecções por bactérias; distintas, portanto, das usadas contra vírus, fungos e parasitas). Descobrir novos antibióticos se mostra cada vez mais necessário ante o crescente registro de bactérias resistentes aos disponíveis hoje. Por exemplo, as causadoras de tuberculose. Ou a mortífera bactéria KPC, ou "Klebsiella pneumoniae carbapenemase" ("carbapenemase" é a enzima que resguarda "K. pneumoniae" contra antibióticos atuais). KPC vem matando gente no mundo desde 1990: faz alguns meses, matou e hospitalizou dezenas de pessoas em Brasília. KPC é particularmente letal para pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em razão da baixa defesa natural; e, como em exacerbação de perversidade, também representa risco decorrentemente aumentado para o pessoal que atende UTIs.

Big Pharma alega razão plausível para omitir-se no caso: lucro de antibióticos é tipicamente baixo e dura pouco. Com isso, a missão fica para instituições públicas, estas em geral carentes de tecnologia e verba. Exceção: os Institutos Nacionais de Saúde (nome plural, sim) dos EUA, que vêm buscando antibióticos ao custo de mais de US\$ 300 milhões, sem falar em riscos: recentemente, pesquisadores dos INS quase morreram infectados por KPC. Big Pharma deveria colaborar. Ter em conta que preservação de liberdades e eficiência justifica, sim, o capitalismo, mas com a condição de o sistema honrar a responsabilidade social inerente a toda atividade econômica.

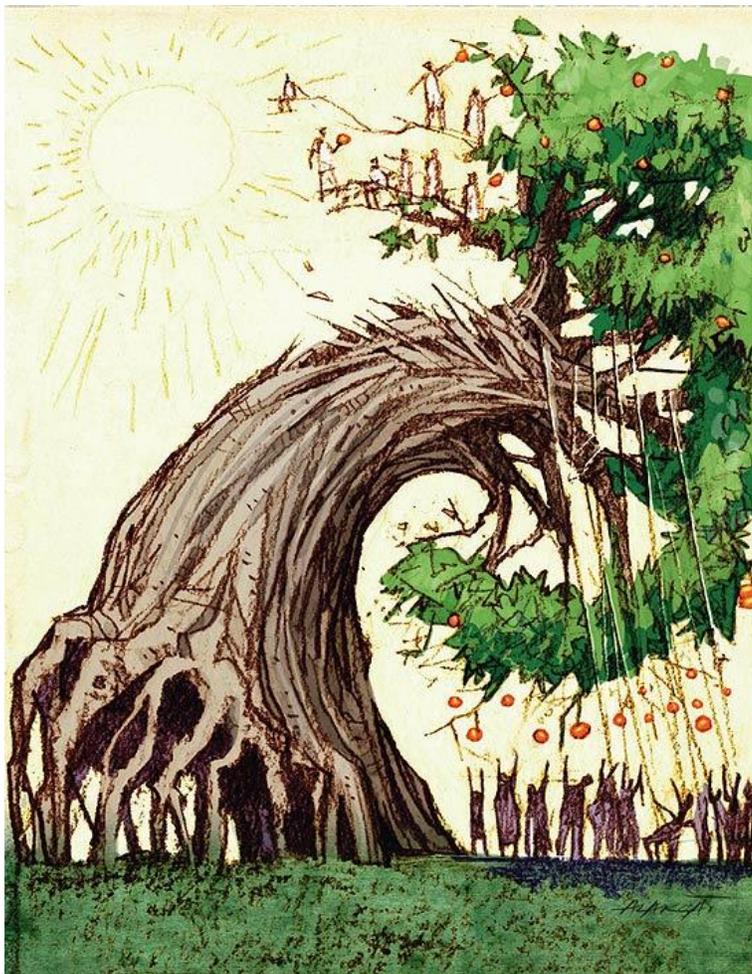
ALDO PEREIRA, 80, é ex-editorialista e colaborador especial da **Folha**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

O impacto das cotas na qualidade do ensino (JOSÉ OTÁVIO COSTA AULER JUNIOR)

NO MOMENTO em que projeto do governo paulista propõe novas regras para o acesso às universidades públicas estaduais, devemos analisar qual é a finalidade e o papel das mesmas em uma nação que pretende se inserir num mundo globalizado e competitivo. Não há dúvida de que políticas de inclusão social são importantes. Mas devemos levar em conta que as universidades e as unidades que as compõem são diferentes em sua vocação. Em linhas gerais, temos as instituições técnicas, as corporativas, as abertas, as de pesquisa e as de formação.

No caso das universidades de formação, cujo foco é a graduação, a proposta de ampliação das cotas de acesso para 50% das vagas, com a criação paralela de cursos suplementares para melhorar a qualificação dos ingressantes, poderá se mostrar viável, uma vez que os recursos destinados a esses centros já são prioritariamente investidos na graduação.

No entanto, para as universidades de pesquisa, também conhecidas como de classe mundial, a situação é outra. Por serem instituições acadêmicas complexas, que geram grande parte da informação científica e alimentam o desenvolvimento de uma nação através da pesquisa de ponta, são estratégicas para o Estado e minoria dentro do quadro universitário.



Para alcançar o justo reconhecimento, necessitam de corpo docente altamente qualificado, de financiamento público e privado, de ampla autonomia nas suas questões acadêmicas e gerenciais e de um corpo discente apto. A concentração de talentos tanto no corpo docente quanto discente é um dos ingredientes mais importantes de uma universidade de classe mundial. No Brasil, algumas universidades caminham para se enquadrar nessa categoria, como a Universidade de São Paulo, que já figura entre as cem melhores do mundo em alguns rankings, atingindo o seletor grupo das 50 melhores em determinadas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, acreditamos que a nova política tenha um impacto negativo na qualidade dos alunos selecionados, forçando as instituições a uma mudança no seu foco principal, com a destinação de recursos e esforços para absorver estudantes ainda necessitando de reforço de conhecimento e habilidades. Os efeitos negativos serão sentidos após alguns anos, podendo acarretar prejuízos irreparáveis.

Atualmente, a porcentagem de matrículas dos oriundos da rede pública é diferente nas três universidades. Em 2012, a USP recebeu 3.048 alunos oriundos da rede pública, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2.843 e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1.088. O número ainda varia de curso para curso. No caso da USP, em medicina, direito, odontologia, engenharia, arquitetura, jornalismo e audiovisual, a porcentagem desce a valores inferiores a 20%. Paradoxalmente, existem cursos superiores tão precários que um terço deles foi reprovado pelo Ministério da Educação (MEC) e, portanto, não estaria teoricamente capacitado para atender a demanda de jovens que

buscam uma formação universitária.

O ponto de partida para resolver o paradoxo é o investimento forte nos estágios iniciais do ensino público e nas universidades de formação. A flexibilização do acesso por parcela de cotas de acordo com sua missão, classificação e identidade institucional reforçaria essa mudança. Com isso, teríamos a integração da excelência com diversidade, efetivando a inclusão social com que todos sonhamos, permitindo às universidades que estão se dedicando a ser de classe mundial obter essa conquista, tornando-se cada vez mais indispensáveis e estratégicas para o desenvolvimento do país.

JOSÉ OTÁVIO COSTA AULER JUNIOR é professor titular e diretor interino da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Na internet, liberdade com responsabilidade (DANIEL PIMENTEL SLAVIERO)

EM 7/1, neste espaço, o presidente do conselho consultivo superior da Associação Brasileira de Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo, assinou artigo intitulado "Marco Civil: por uma internet livre". O tema tratado - a proposta de regras para o uso da web no Brasil, com direitos e obrigações de cidadãos, empresas e governos - é um dos mais importantes para o país neste momento. Um projeto de lei a esse respeito aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados.

É louvável que, em sua abordagem, o articulista defenda o conceito da neutralidade de rede, previsto no projeto, cujo objetivo é assegurar que todos os provedores de internet ofereçam aos usuários a mesma velocidade, independente das características do arquivo transmitido. O princípio da neutralidade, que conta com o apoio do setor de radiodifusão, é fundamental para preservar o direito de milhões de internautas, de pequenas empresas e de novos empreendimentos, ao evitar uma tarifação "customizada", acessível apenas aos grandes sites comerciais.

A regra já é adotada por países como Chile, Colômbia, Holanda e EUA, mas no Brasil enfrenta resistência das companhias de telecomunicações. Entretanto, o autor do artigo incorre em equívocos quando trata de outro ponto relevante do marco civil da internet: a regra para a retirada de conteúdo ilegal que infringe direitos autorais ou conexos.

A Abranet entende que ao provedor de internet não "compete" decidir sobre a remoção de um conteúdo de sua plataforma. Tampouco, em sua opinião, o provedor poderia ser responsabilizado por violação de direitos autorais após "mera notificação de terceiros". Ora, o exercício da liberdade em qualquer democracia implica assumir responsabilidades. Aliás, no ambiente de absoluta liberdade da rede, esse princípio está consagrado internacionalmente com a adoção do sistema "Notice and Take Down". No Brasil, já respaldado por farta jurisprudência.

Por esta regra, o site que incorrer em violação de direitos autorais é notificado e pode decidir se retira ou mantém o conteúdo pirata. Se, mesmo alertado do caráter ilegal do conteúdo postado, o site o mantiver, somente nesse caso responderá pelos danos causados, solidariamente com o autor. A notificação não possui caráter impositivo. Exige, sim, um juízo de valor do site sobre o conteúdo contestado. A alternativa ao instituto da notificação - a judicialização do conflito-- seria a pior possível tanto para o autor de uma obra pirateada como para o conjunto da sociedade. Trata-se, evidentemente, de um caminho incompatível com a celeridade do mundo virtual, e antagônico à tendência de evitar o acionamento do Judiciário, já sobrecarregado. Felizmente, o relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), soube recolher as melhores contribuições da sociedade civil e de seus pares.

Cabe lembrar que a indústria cultural é um dos mais ativos setores da economia brasileira, responsável por bilhões de reais e milhões de empregos, diretos e indiretos, e que tem na internet uma plataforma extraordinária para seu crescimento. Em nome de suas 3.000 emissoras associadas, a Abert espera do Congresso Nacional um marco civil para web que garanta a liberdade de expressão, promova novas oportunidades econômicas e respeite os direitos autorais, que, mais do que uma garantia apenas para artistas, músicos e criadores, são pressupostos em uma sociedade que demanda produção cultural de qualidade e em grande escala.

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, 32, administrador de empresas, é presidente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Oferecer uma chance contra a droga (GIOVANNI GUIDO CERRI)



NA MEDICINA, funciona assim: o paciente com um quadro clínico agudo, grave, com risco à vida, precisa, na maioria das vezes, permanecer internado por alguns dias, semanas ou até mesmo meses em um leito hospitalar, para receber a assistência médica indicada para seu caso. Se melhorar e tiver condições, a pessoa tem alta. O acompanhamento passa a ser clínico-ambulatorial, com as medicações necessárias para controlar a doença, além de consultas e exames rotineiros para verificar a evolução do quadro.

É desta forma no câncer, na Aids, nas doenças do aparelho circulatório e nos casos de vítimas de derrame ou politraumatismos decorrentes de acidentes de trânsito. Por que, então, deveria ser diferente para usuários de drogas como o crack, aqueles que, em razão de sua extrema dependência, sofrem uma série de graves problemas físicos e psíquicos que podem matá-los a qualquer momento?

A diferença, aqui, é basicamente uma: enquanto um cardiopata ou um acidentado tem, em geral, consciência de sua condição - e o medo da morte o faz aceitar cuidados médicos -, o dependente de crack precisa satisfazer sua fissura, fumar mais uma pedra, mesmo sabendo que isso pode lhe custar a vida. Para esses casos a internação é, mais do que necessária, uma chance para que a pessoa, extremamente fragilizada pelo uso da droga e por todas as consequências nefastas ao seu organismo, possa ao menos se restabelecer, abrindo caminho para a cura de sua dependência.

O governo do Estado de São Paulo está enfrentando na prática e com firmeza a epidemia de crack que se instalou no país. E do jeito mais adequado, uma vez que trata o tema sob os pontos de vista da Justiça, garantindo os direitos dos cidadãos, da assistência social, pela abordagem e acolhimento de dependentes, e,

principalmente, da saúde, com forte investimento na ampliação da assistência

É desta forma no câncer, na Aids, nas doenças do aparelho circulatório e nos casos de vítimas de derrame ou politraumatismos decorrentes de acidentes de trânsito. Por que, então, deveria ser diferente para usuários de drogas como o

crack, aqueles que, em razão de sua extrema dependência, sofrem uma série de graves problemas físicos e psíquicos que podem matá-los a qualquer momento?

A diferença, aqui, é basicamente uma: enquanto um cardiopata ou um acidentado tem, em geral, consciência de sua condição - e o medo da morte o faz aceitar cuidados médicos -, o dependente de crack precisa satisfazer sua fissura, fumar mais uma pedra, mesmo sabendo que isso pode lhe custar a vida. Para esses casos a internação é, mais do que necessária, uma chance para que a pessoa, extremamente fragilizada pelo uso da droga e por todas as consequências nefastas ao seu organismo, possa ao menos se restabelecer, abrindo caminho para a cura de sua dependência.

O governo do Estado de São Paulo está enfrentando na prática e com firmeza a epidemia de crack que se instalou no país. E do jeito mais adequado, uma vez que trata o tema sob os pontos de vista da Justiça, garantindo os direitos dos cidadãos, da assistência social, pela abordagem e acolhimento de dependentes, e, principalmente, da saúde, com forte investimento na ampliação da assistência.

O plantão judiciário que o governo do Estado disponibilizou desde o último dia 21 de janeiro no Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas), com a participação da OAB, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, com o objetivo de dar maior celeridade às internações compulsórias e involuntárias (previstas em lei de 2001) dos casos mais graves e extremos, foi precedido do fortalecimento da rede assistencial para dependência química no Estado.

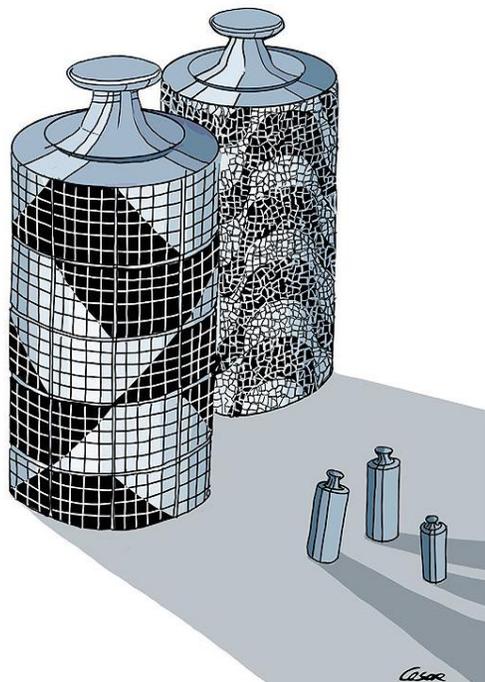
Desde 2009, foram implantados no Estado cerca de 700 leitos exclusivos para tratamento de dependentes de drogas no SUS. Desses, 209 foram criados na atual gestão do governador Geraldo Alckmin. Outros 600 deverão ser entregues até o próximo ano, na capital e interior, incluindo um moderno centro especializado em álcool e drogas ligado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. O investimento total previsto é de R\$ 250 milhões.

Não se trata, de maneira nenhuma, de apenas colocar dependentes químicos em leitos hospitalares, mas de um modelo de assistência multidisciplinar, formada por médicos, psicólogos, enfermeiros e terapeutas ocupacionais, com respeito às necessidades individuais, visando à recuperação do paciente e sua reinserção social. Depois do período de internação, é oferecida assistência ambulatorial, seja no próprio serviço ou por intermédio dos Caps-Ad (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).

Nem todos os casos de uso de drogas demandam internação. A maioria, ao contrário, requer seguimento clínico ambulatorial, com o imprescindível apoio da família. É dever do Estado, no entanto, assegurar todos os meios para preservar a vida dos dependentes, e o governo de São Paulo, sem medo do crack, assume este compromisso com a população.

GIOVANNI GUIDO CERRI, 59, médico e professor titular da Faculdade de Medicina da USP, é secretário de Estado da Saúde de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Inconsistências ao avaliar universidades (RUY CHAVES)



O ÍNDICE Geral de Cursos (IGC) é um indicador decisivo para a avaliação de instituições de ensino superior pelo Ministério da Educação (MEC) e, por extensão, para a imprensa e para o mercado.

Ao dizer que uma instituição de ensino superior (IES) é nota 5, 4, 3, 2 ou 1, que descredenciará instituições, que fechará cursos ou que restringirá vagas, o MEC impõe mensagem clara: não há alternativas para o ensino superior se não for privilegiada a qualidade. As manchetes, então, se multiplicam: "Governo reprovou um terço das instituições..."; "MEC promete pena rigorosa...".

É fato que a avaliação é imprescindível a todo processo comprometido com sua qualificação permanente. Mas a mesma qualidade que se busca no avaliado deve ser buscada nos instrumentos de sua avaliação. Sem parâmetros justos, a avaliação distorce, confunde e não qualifica. O conceito preliminar de curso, CPC, foi criado pelo INEP-MEC "para agregar aos processos de avaliação critérios objetivos de qualidade e excelência dos cursos", indicadores retirados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e do cadastro de docentes que as instituições de ensino superior informam ao MEC.

Assim, o conceito preliminar de curso (CPC) resulta do desempenho dos estudantes (55%), da infraestrutura do curso, de sua organização didática (15%) e do corpo docente (30%). Se a atuação de doutores no curso vale 15% (outros 7,5% são para presença de mestres, e os 7,5% restantes são para docentes em dedicação integral), doutores valem 50% da avaliação dos docentes do curso. Temos, então, inconsistências ao avaliar 6,8 milhões de alunos de graduação sob peso tão importante de docentes doutores. A sinopse do ensino superior de 2011 registra 30,4 mil cursos de graduação e 1,7 mil

cursos de doutorado. Temos 107 mil docentes doutores (30% do total de docentes), dos quais 70,9 mil (66,3%) estão nas universidades públicas.

Assim, as instituições de ensino superior privadas - com 4,9 milhões de matrículas (73,7% das matrículas totais) e apenas 36 mil doutores disponíveis (0,7 % sobre seus alunos de graduação)-- têm inevitável tendência de baixa avaliação de seu corpo docente, pelas extraordinárias dificuldades de atender aos parâmetros impostos pelo MEC. Pior: a lei que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação (Sinaes) determinou respeito às diferenças entre universidades e faculdades e às desigualdades regionais, econômicas e sociais. Acre e Roraima não têm cursos de doutorado. No Amapá, há doutorado apenas em ecologia. Em Rondônia, só em parasitologia e meio ambiente. Enquanto em toda a região Norte há 59 cursos de doutorado, só na USP são 148! Alagoas, Sergipe, Maranhão e Piauí não têm doutorados em administração, direito, informática. Já as regiões Sul e Sudeste concentram 75,5% dos doutorados.

Em 2012, fechou-se mais um ciclo de avaliação para cursos de grande expressão de matrículas como administração e direito. Em Estados sem formação de doutores, instituições de ensino superior perderão pontos, irrecuperáveis em outras rubricas, e serão "reprovadas". Então, em 2013, virão mais manchetes negativas que em nada contribuirão para a qualificação do ensino superior.

As universidades públicas precisam formar mais doutores, especialmente em Estados desassistidos, o que é impossível para as instituições privadas. Ou, então, devemos ter critérios de avaliação que reflitam a atual realidade de formação de doutores no Brasil. Afinal, tratar igualmente os muito desiguais não é princípio justo de avaliação para educação superior.

RUY CHAVES, 66, é diretor de integração do Grupo Estácio, companhia privada de ensino superior, e membro do corpo de conselheiros da Escola Superior de Guerra. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Para que serve a tortura? (CONTARDO CALLIGARIS)

A TORTURA tem, no mínimo, três fins não excludentes: 1) tortura-se pelo prazer enjoativo de quem tortura ou de quem assiste à tortura; 2) tortura-se para que um acusado confesse seu crime; 3) tortura-se para que um acusado revele a existência de um complô, os nomes de seus cúmplices etc. Será que a tortura consegue tudo isso?

1) Para satisfazer o desejo doentio do torturador, a tortura funciona, sempre.

2) A Igreja Católica, por séculos, torturou pecadores para que admitissem seus pecados e, sobretudo, torturou heréticos para que confessassem suas teologias desviantes.

Essa tortura era tão violenta quanto a que fora praticada contra cristãos na época das perseguições, mas o desfecho era diferente. Os mártires cristãos eram torturados para eles renunciarem à religião, e, às vezes, se abjurassem, o suplício era suspenso. Os heréticos eram torturados pela Inquisição para confessarem sua heresia, mas, em geral, a "confissão" não evitava uma morte excruciante.

Será, então, que a tortura funciona para arrancar confissões? Se você for pai, faça a experiência. Seu filho (ou filha) fez uma besteira comprovada, sem sombra de dúvida, mas você não se contenta em aplicar uma punição e quer que a criança confesse. Se ela reconhecer sua culpa, aliás, a confissão valerá como uma atenuante, enquanto que, se ela insistir em negar o que fez, a mentira será infinitamente mais repreensível do que a besteira inicial.

Sugestão diferente: se você soube que seu filho ou sua filha fez algo que não devia, diga no que foi que errou, deixe pouco espaço de discussão e dê a punição adequada. Depois disso, amigos como antes. Quase sempre, quando uma confissão é exigida, as crianças mentem com obstinação diretamente proporcional à de seu acusador. Elas fogem assim de uma humilhação radical, em que renunciariam à sua própria subjetividade: desistiriam de ter segredos e aceitariam que a versão do acusador substituisse a versão que elas gostariam de contar como sendo a história delas.

Claro, se você insistir, ameaçando a criança com punições cada vez mais requintadas, a criança talvez "confesse", mas a confissão será apenas um ato de desistência, em que mesmo o inocente se dirá culpado do jeito que o acusador pede. Em suma, a tortura para obter confissões é um desastre. Há uma certa beleza moral nesse fracasso: a tortura seria inútil, não ajudaria a chegar à verdade. Ou seja, existe um justificativa prática, "racional", para aboli-la, além do horror que ela inspira em qualquer um (salvo, obviamente, em torturadores, inquisidores ou deuses vingativos).

3) Infelizmente, esse argumento "racional" só se aplica à tortura que tenta extirpar a confissão do acusado. Quanto ao uso da tortura para obter informações sobre cúmplices, paradeiros escondidos, complôs etc., vamos ter que encontrar razões puramente morais para bani-la, pois, constatação desagradável, ela funciona.

O saco plástico do capitão Nascimento funciona. Os "interrogatórios" brutais do agente Jack Bauer, na série "24 Horas", funcionam. E, de fato, como lembra "A Hora Mais Escura", de Kathryn Bigelow, que acaba de estrear, o afogamento forçado e repetido de suspeitos detidos em Guantánamo forneceu as informações que permitiram localizar e executar Osama bin Laden. Nos EUA, na estreia do filme, alguns se indignaram, acusando-o de fazer apologia da tortura. Na verdade, o filme interroga e incomoda porque nos obriga a uma reflexão moral difícil e incerta: a tortura, nos interrogatórios, não é infrutuosa -se quisermos condená-la, teremos que produzir razões diferentes de sua inutilidade.

Para se declarar contra o uso da tortura no caso deste filme, alguém talvez invoque a moral kantiana e o dever de tratar os homens como fins e não como meios. A esse alguém, proponho um exemplo politicamente mais neutro, parecido com

aqueles dilemas morais cuja prática (como descobriu um grande psicólogo, Lawrence Kohlberg) talvez seja a melhor forma de educação moral.

Uma criança foi sequestrada e está encarcerada em um lugar onde ela tem ar para respirar por um tempo limitado. Você prendeu o sequestrador, o qual não diz onde está a criança sequestrada. Infelizmente, não existe (ainda) soro da verdade que funcione. A tortura poderia levá-lo a falar. Você faz o que?

ccalligari@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Juízes devem ter férias de 60 dias? SIM

Judiciário: muito além dos factóides (NELSON CALANDRA)

A EMENDA constitucional 45 de 2005, na chamada reforma do Judiciário, extinguiu as férias coletivas em primeiro e segundo grau, mantendo dois períodos de férias coletivas nos tribunais superiores. Na reforma, ficou declarado algo que já existia há muitas décadas no nosso Judiciário: que o seu funcionamento é essencial e ininterrupto.

O Brasil, que é muito maior que Brasília, sempre conviveu com a magistratura de segunda a domingo, especialmente em locais distantes onde um só juiz atende áreas imensas. Atualmente, nas comarcas maiores, há regime de plantão, porém a enorme falta de magistrados faz com que não haja compensação. Hoje, vivemos aquilo que o ministro Ayres Britto nominou de desprofissionalização do Judiciário - cada mais cargos vagos não são preenchidos.

A supressão da aposentadoria integral, com a obrigação de pagar, o magistrado, contribuição previdenciária sobre a totalidade do seu salário para receber ao final benefício limitado ao teto previdenciário, é algo que soa kafkiano. Suprimidas as férias coletivas no primeiro e segundo grau, fala-se agora em redução de um período de férias, como panaceia para resolver o problema da lentidão processual. Seria reduzir a atividade da magistratura para o mesmo patamar de outras categorias, que desfrutam de horas extras, jornada de trabalho limitada e descanso semanal remunerado.

A política brasileira sempre procura localizar um factóide para desviar aquilo que deveria ser o foco. Não verificamos nenhuma proposta que traga para o Judiciário recursos financeiros suficientes para repor o atraso de várias décadas, motivada por um sistema burocrático, sem compromisso com a modernidade. É engano pensar que a supressão de um período de férias que a lei complementar 35 concedeu em 1979 irá melhorar a Justiça brasileira. Quem acompanha as sessões do STF, com julgamentos criminais intrincados, com sessões nas turmas e no plenário seguidas por sessões no Tribunal Superior Eleitoral que adentram a madrugada, não pode em sã consciência propor supressão de férias.

Há menos que a intenção seja de ceifar a vida e saúde dos magistrados. Aquilo que a população vê na TV Justiça se repete em cada Estado. Muitos colegas presidem sessões no tribunal do júri que atravessam dias e noites. No fim de semana seguinte, respondem como plantonistas. Será que a supressão de um período de férias é a resposta que o povo quer dar a uma magistratura que trabalhando diuturnamente e solucionou mais de 20 milhões de casos nos vários ramos do Judiciário, segundo o relatório de 2012 do CNJ "Justiça em Números"?

Vamos colocar luz sobre os factóides que aqueles que não atravessaram quase quatro décadas de trabalho na magistratura, como nós, são incapazes de ver. É preciso investir no Judiciário, reequipar instalações físicas. Não é possível que pessoas sejam assassinadas em plena audiência, como ocorreu recentemente em São José dos Campos (SP), por falta de estrutura e segurança. Não é possível que magistrados sofram atentados à bomba, como em Rio Claro (SP). Não podemos admitir que uma juíza, depois de um expediente que acabou às 23h, seja assassinada com 21 tiros na frente de sua família, como Patrícia Acioli. A magistratura tem escrito com sangue, suor e lágrimas a história de um país que quer poder Judiciário independente e democrático.

Suprimir direitos, manietar a magistratura e o Ministério Público, tentar sufocar o movimento associativo, que atravessou períodos ditatoriais, que teve entre seus expoentes vários ministros do STF que entraram e saíram de cabeça erguida e nunca concordando com a violação de direitos fundamentais, como Vitor Nunes Leal, Edgar Moura Bitencourt, Evandro Lins e Silva e tantos outros heróis, jamais será a solução adequada. Que nosso debate receba as luzes da opinião pública e que estes tristes factóides se refugiem à sombra da mentira e do preconceito.

NELSON CALANDRA, 67, é presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Juízes devem ter férias de 60 dias? NÃO

Regra única para todos (SERGEI COBRA ARBEX)

A JUDICATURA tem uma nobre e difícil missão de dizer o direito, e a finalidade do direito é a realização da Justiça. Entendo que o magistrado deve ser o primeiro a defender a equidade, que é buscada pela lei.

Ao estabelecer que os magistrados dispõem de um período de férias dobrado em comparação aos demais trabalhadores brasileiros, na esfera pública ou na esfera privada, quebra-se o princípio da equidade que deve existir, a despeito das

peculiaridades do cargo exercido. O próprio Supremo Tribunal Federal, dentro de suas atribuições legais, estuda reduzir as férias dos magistrados de 60 para 30 dias, dentro de uma reforma da Lei Orgânica da Magistratura.

Há quem afirme que a produtividade da magistratura aumentaria com a redução do período de férias. Estudo da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro publicado por esta Folha afirma que o corte no período de descanso dos magistrados aumentaria a produtividade em "2 milhões de sentenças ao ano". Esse dado é relevantíssimo, principalmente diante de um Judiciário sobrecarregado, moroso e que não propicia em tempo razoável as respostas demandadas pelo jurisdicionado. O Brasil possui 90 milhões de processo em tramitação, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Foram ajuizadas em 2011 um total de 26,5 milhões de novas ações. O país conta com mais de 16 mil juízes, resultando na média de oito magistrados por 100 mil habitantes, uma situação similar a que encontramos em países europeus. Na Espanha, há dez juízes para cada 100 mil habitantes. Na Itália, onze por 100 mil.

A sociedade vem se expressando sobre o tema. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, encomendado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, apontou que para 44% dos entrevistados a Justiça melhorou, mas ainda é vista como lenta, cara, enviesada e influenciável. A análise da questão deve ser avaliada dentro da realidade viva.

Certamente a função de julgar é desgastante, a carga de trabalho atual dos magistrados é pesada. Tenho plena convicção de que os juízes têm uma jornada longa, sem condições ideais, levam trabalho para casa, trabalham nos finais de semana e nas férias. Mas esse é o ônus de uma profissão voltada ao interesse público que, por isso mesmo, não comporta qualquer tipo de distinção dos demais trabalhadores. O período de descanso anual dos magistrados deve acompanhar os parâmetros definidos para os demais atores do Poder Judiciário, para que busquemos uma solução justa.

Aliás, os advogados, que precisam cumprir prazo processual, não têm um período definido para descanso anual. Há um projeto nesse sentido em tramitação no Congresso Nacional, que ainda não foi apreciado. Por isso mesmo, defendo que o Judiciário estabeleça férias forenses coletivas de um mês, para beneficiar o conjunto da comunidade jurídica, sem que a justiça pare, mantendo a atividade burocrática, mas suspendendo as audiências e os prazos processuais.

Certamente, a manutenção das férias de 60 dias para os magistrados --amparados nos mais diferentes argumentos-- vem causando um desconforto em grande parte da sociedade, porque a democracia pede equanimidade e o Judiciário precisa encontrar um equilíbrio entre o que é justo e o que é ético.

SERGEI COBRA ARBEX, 40, é advogado criminal, professor de direito da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado) e secretário-geral da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-SP (Caasp/OAB-SP). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Iana Matei: "Quem vende pessoas deveria pegar prisão perpétua" (VINICIUS GORCZESKI)



A autora do livro "À venda", sobre tráfico humano, e fundadora da ONG Reaching Out Romania fala a ÉPOCA

A PSICÓLOGA e ativista romena Iana Matei chega ao Brasil. O lançamento do seu livro *À venda*, que trata de histórias de tráfico humano, oferece ao público brasileiro relatos de jovens mulheres vítimas desse tipo de crime, cujas dimensões no país apenas agora as autoridades começam a identificar. Matei denuncia o tráfico e suas diversas camadas de corrupção e o envolvimento por baixo dos panos de autoridades. A autora conhece o caso de perto. Iana fundou a organização não governamental Reaching Out Romania, que encontra e reabilita vítimas de prostituição forçada em seu país. A instituição comporta o House of Treasure, um abrigo para ex-vítimas.

Foi in loco que Matei conheceu essas vítimas, durante dez anos. No período, viu praticamente de tudo: mulheres cortadas por navalhas, traficadas queimadas ou congeladas, jovens famintas. "É difícil descrever em palavras a imagem do que vi", diz. Pelo seu trabalho, foi nomeada como "Europeu do Ano", pela revista *Reader's Digest* em 2010. Seu ativismo ainda não acabou. Agora ela luta por mais rigidez na legislação sobre tráfico humano e cobra dos governos e da sociedade a compreensão de que prostituição forçada – resultante do tráfico humano – é crime organizado. E que seus praticantes sejam punidos com rigor. "A melhor forma de confrontar o criminoso é puni-lo com prisão perpétua e confiscar todo o dinheiro e propriedades que tenha adquirido de forma totalmente ilegal", diz a autora. Leia abaixo a entrevista concedida por Iana Matei a ÉPOCA.

ÉPOCA – Pela sua experiência de dez anos à frente do Reaching Out Romenia, o que a sra. pode dizer sobre as marcas que o tráfico humano deixa nas vítimas? Elas conseguem se recuperar desse trauma e se reinserir na sociedade?

Iana Matei – Essas garotas são torturadas, queimadas por cigarros, ameaçadas a cada passo que dão: é uma imagem muito difícil de descrever em palavras. Algumas delas têm sido torturadas com cortes de navalhas, outras estão grávidas, e muitas estão sofrendo com transtornos pós-traumático. Conosco, elas atendem a sessões de terapia em grupo e se ajustam a uma rotina de vida normal, com tarefas diárias que têm como fim cultivar um senso de responsabilidade pessoal. Somos mais que uma família, porque a triste verdade é que muitas delas são rejeitadas por seus pais, como conto no livro: “Os pais as censuram por serem prostitutas, por se permitirem ser enganadas e por envergonhá-los na frente dos vizinhos”. Nós, entretanto, não as forçamos a se reintegrar a suas famílias. A maior parte escolhe ficar por perto e aceita empregos que arrumamos para elas. Cerca de 80% delas continuam em contato com a fundação mesmo depois de partirem.

ÉPOCA – Como as vítimas normalmente conseguem escapar de um esquema criminoso de tráfico internacional e vão parar no abrigo? E como, especialmente no caso das jovens, elas vão parar nas mãos de criminosos?

Iana – Existem tantas histórias, e cada uma é como um passo adiante. Tem Mariana, é claro, cuja história é bastante detalhada no livro (*Mariana, então com 15 anos, é vendida por uma mulher para prostituição forçada por menos de 100 euros*). Também me lembro de três garotas, com idade entre 13 e 14 anos, que estavam morrendo de frio, eram maltrapilhas e famintas. Elas me contaram que tinham sido vendidas por seus pais a um cigano. E depois foram compradas e revendidas, antes de serem despejadas na rua. Elas me encontraram por intermédio de um policial. Um caso de que me lembro com especial apreço é a garota que chegou grávida ao abrigo. Ela decidiu ter o bebê mesmo que não soubesse a identidade de seu pai biológico. Ela se tornou uma grande mãe para esse bebê. Depois ela se casou, e o seu marido tem sido um grande e bondoso pai à criança.

ÉPOCA – Num mundo cada vez mais globalizado, você imagina ser possível coibir o tráfico de pessoas? Faltam leis na comunidade internacional ou mesmo na Europa, grande destino de vítimas?

Iana – A grande falha da atual legislação é seu foco nas vítimas e não nos traficantes. A melhor forma de confrontar o criminoso seria puni-lo com prisão perpétua e confiscar todo o dinheiro e propriedades que adquiriu de forma totalmente ilegal. O que as pessoas deveriam entender é que prostituição forçada não é uma questão social – é crime organizado. Infelizmente, políticos focam na prostituição no geral, em imigração. Mas não no tráfico humano. O foco nesse assunto é o primeiro passo a dar. É um crime contra a humanidade vender e comprar vidas. Além do mais, os traficantes se adequam às diferentes leis. Eles mudam seu modus operandi dependendo da legislação que encaram. Por exemplo, a lei italiana. Ela deu mais direito às vítimas. Além disso, ficou mais fácil às vítimas processarem envolvidos. Mas então os traficantes se adaptaram a esse novo contexto e têm usado um novo método: gigolôs. Mulheres não vão processar quem amam. Outra tática das quadrilhas é usar meninas com problemas psicológicos, porque elas não podem testemunhar no tribunal, caso o assunto seja levado à Justiça.

VINICIUS GORCZESKI é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ÉPOCA, Fevereiro de 2013.**

Yoani Sánchez: "Escutar o outro é básico para a democracia" (JULIANO MACHADO)

A dissidente cubana diz ter "pena" dos militantes que tentaram impedi-la de falar em sua visita ao Brasil e defende uma investigação sobre os protestos



A CONVERSA com a blogueira cubana Yoani Sánchez, de 37 anos, começa com uma brincadeira: “Aqui posso falar tranquila, não?” Depois de cinco anos de frustrados pedidos ao governo comunista para viajar ao exterior, Yoani escolheu o Brasil para iniciar seu giro de cerca de 80 dias por mais de dez países da América Latina e Europa. Na estada de uma semana por aqui, foi hostilizada diversas vezes por manifestantes de grupos de esquerda, que tentaram impedi-la de falar ou responder as suas perguntas. A exibição de um documentário em que é o tópico central, em Feira de Santana, Bahia, e o lançamento de seu livro *De Cuba*, com carinho (Editora Contexto), em São Paulo, foram interrompidos por causa da balbúrdia. A ÉPOCA, Yoani cobrou uma investigação sobre esses

episódios e disse suspeitar da influência direta do regime cubano na organização dos protestos. Ela falou também sobre seu futuro numa possível Cubademocrática e por que não sonha ser presidente de seu país. "Falta-me cinismo para a política." Mas também falou de temas amenos, como seu longuíssimo cabelo, que definiu como "livre e selvagem como eu".

ÉPOCA – Que mensagem a senhora pensava em trazer ao Brasil? Conseguiu transmiti-la?

Yoani Sánchez – Uma mensagem de esperança. A sociedade civil em Cuba está alcançando uma maturidade que vale a pena mostrar ao mundo. É uma Cuba plural, porque às vezes os estereótipos nos fazem parecer uma ilha verde-oliva (referência à cor dos uniformes militares). Queria dizer ao Brasil: "Somos tão plurais e diversos como vocês, só precisamos de um marco legal para expressar essa pluralidade." Acho que consegui colocar minha voz, apesar de ter sido interrompida muitas vezes.

ÉPOCA– E por que o Brasil como primeiro destino?

Yoani – Porque gosto de ser desafiada (risos). Durante os anos em que me foi negado sair de Cuba, vieram do Brasil as maiores manifestações de apoio, inclusive nos momentos em que já tinha perdido as esperanças. Tinha de vir ao Brasil primeiro para receber o abraço dessas pessoas.

ÉPOCA– Não é irônico o fato de que este mesmo Brasil que apoiou tanto sua vinda também a hostilizou?

Yoani – Nunca pensei em encontrar um país homogêneo racial, cultural ou religiosamente, muito menos ideologicamente. Não esperava um país em que todos pensassem igual.

ÉPOCA– Mas a senhora imaginava ser recebida como foi?

Yoani – Imaginava. Dias antes de viajar, vários blogs oficialistas de Cuba, quase sempre anônimos, já advertiam que me dariam uma resposta contundente no Brasil. Talvez para vocês seja algo pouco comum alguém ser impedido de falar num evento público, mas para mim não é. Desde pequena, testemunho manifestações de ódio em Cuba. Me dá um pouco de pena dessas pessoas (os manifestantes brasileiros). Elas têm muito poucos argumentos. Estava muito aberta ao debate, mas o que encontrei do outro lado foi o extremismo, com gritos e palavras de ordem. Foi um ódio excessivo. Muitos deles nem sequer me conheciam ou leram meus textos. Repetem clichês que não se ajustam à realidade.

ÉPOCA - E a sensação de ter sido escutada pela Polícia Legislativa no caminho para a Câmara dos Deputados?

Yoani - Foi a primeira vez que passei por isso. E ocorreu com uma cidadã pequenininha, que não tem nenhuma importância, como o governo cubano diz. É paradoxal. Se não sou nada importante, por que me proteger tanto? Estamos falando de uma pessoa que nunca militou por nenhum grupo político, nunca agrediu ou matou ninguém, mas apenas põe suas ideias em um blog. É realmente sintomático, como prova da força que tem a palavra.

ÉPOCA – Alguns manifestantes eram ligados ao PT, o partido da presidente Dilma Rousseff. O governo brasileiro deveria emitir uma posição sobre esse episódio?

Yoani – Quero evitar me envolver em temas partidários ou sugerir aos brasileiros o que têm de fazer. Mas não há dúvida de que os fatos ocorridos deveriam ser investigados. Os militantes do PT precisam de uma explicação sobre por que alguns colegas impediram atos como a exibição de um filme ou o lançamento de um livro. Se eu militasse num partido e ocorresse algo assim, pediria explicações. Vale a pena investigar, porque não acho que as razões sejam apenas o rechaço a meus textos. Evidentemente, havia alguém atizando os ódios. É preciso saber quem, o quê, a que distância e de onde é essa entidade que está fazendo isso.

ÉPOCA– Quem é essa entidade?

Yoani – Não tenho nenhuma prova. Mas tudo tem o signo muito marcante do tipo de ação que faz o governo do meu país contra os dissidentes.

ÉPOCA– Seria alguma iniciativa da embaixada de Cuba no Brasil?

Yoani – Como disse, não tenho provas, mas não acharia estranho. Em Feira de Santana, todos os manifestantes tinham o mesmo documento, impresso da mesma forma. É claramente um sinal de que alguém lhes entregou. E os pontos desse documento se parecem assombrosamente com aqueles com que o oficialismo me ataca.

ÉPOCA– Que pontos?

Yoani – Meu suposto vínculo com a CIA, que já é quase uma piada. Outro são os questionamentos sobre o sequestro que sofri em 2009 (ela afirma ter sido agredida e levada de carro por agentes do governo). É o mesmo roteiro de ataques que costumo receber em Cuba. Já estou acostumada a isso e não me traz danos emocionais, mas me incomoda não me darem o direito de me explicar. Sou uma pessoa da palavra. Essas perguntas são feitas para que eu não as responda. São para me difamar. Evidentemente havia alguém atizando os ódios. tudo tem o signo marcante do tipo de ação que faz o governo do meu país contra os dissidentes

ÉPOCA– Um militante disse num debate na TV que não houve coerção em Feira de Santana porque não houve violência física. O que a senhora acha desse raciocínio?

Yoani – Em minha chegada ao Brasil, no aeroporto do Recife, uma pessoa chegou a puxar meu cabelo. Em Feira de Santana não houve violência física contra mim, graças à intervenção dos organizadores, que me cercaram e me colocaram numa sala até que os ânimos serenassem. Mas o clima ali era de linchamento. A questão não é se houve agressão ou não. Impediram uma pessoa de se expressar. Isso, sim, é coerção, algo muito autoritário. Escutar o outro é um princípio básico da democracia e da convivência pacífica. A lógica foi: “Não estou de acordo com você. Cale-se”.

ÉPOCA – Tanto ativistas da esquerda como parlamentares de partidos da oposição se aproveitaram sua figura para defender seus interesses. Isso a incomoda?

Yoani – Não. A vida é aproveitar-se do outro. O governo de Cuba se aproveita de mim para dizer ao mundo que há uma democracia, porque Yoani Sánchez pode escrever em seu blog. Prefiro a manipulação por dizer algo do que por não dizer nada. Se minha opinião serve a alguém, podem tomar minhas palavras sem problema. Sou open source, dou licença gratuita para todos. O que não faço é me alinhar ao pensamento de um partido. Na saída da Câmara, um jornalista me perguntou se eu sabia que alguns deputados que me receberam eram muito conservadoras em temas como o casamento gay. Fui madrinha do primeiro casal gay de Cuba, mas uma das minhas filosofias de vida é a transversalidade. Quero ter contato com todas as forças políticas. Sou uma pessoa de conciliação. Não houve mais gente do PT na Câmara porque não quiseram ir. O embaixador cubano (Carlos Zamora) também foi convidado, mas não foi.



DE CARA LIMPA

Yoani Sánchez posa para foto em São Paulo. Sua aparência despojada gerou comentários no Brasil, especialmente seu cabelo, segundo ela uma expressão de liberdade (Foto: Filipe Redondo/ÉPOCA)

ÉPOCA - Sua visita mudará o “silêncio cúmplice” do Brasil ante a ditadura cubana, usando um termo que a senhora escreveu em seu blog?

Yoani - Não quero ter a pretensão de pensar que a simples vinda de uma cidadã a um país enorme como o Brasil mudará a política externa. Mas todas as pessoas que me encontraram nas ruas por aqui me trataram com muito carinho e palavras de estímulo: “Siga”, “resista”, “leio seu blog”, “abaixo a ditadura”. Fora os extremistas que desejam sustentar um cenário utópico de Cuba, tenho a sensação de que o povo brasileiro sabe que Cuba é um Estado sem direitos para os cidadãos. Se um povo começa a mudar sua opinião sobre um assunto de fora, a política exterior terá que mudar um dia.

ÉPOCA– A senhora ficou conhecida por lutar pelo seu direito de viajar ao exterior. Isso conseguido, seu discurso será mais concentrado agora na queda do regime? Quais são seus próximos passos?

Yoani – Creio na evolução. Não posso ser a mesma Yoani de 2007 (ano em que lançou o blog Generación Y). Pretendo abrir um jornal em Cuba com os recursos que conseguirei levantar nas viagens por vários países. Ainda não é possível de maneira legal, mas tratarei de achar brechas para conseguir. Não abandonarei o blog, que é minha terapia particular. Mas claro que preciso mudar o discurso, não ficar somente na denúncia, mas sim propor soluções. Minha proposta principal se resume a despenalizar a dissidência. Cobrar que o governo tenha o compromisso de que nenhum cidadão será punido por expressar qualquer ideia. Conheço muitos economistas,

sociólogos, gente que quer ajudar a melhorar o país, mas tem medo de passar pela mesma situação de Yoani Sánchez ou dos prisioneiros da Primavera Negra (como ficou conhecido o movimento de repressão do regime em 2003, que resultou na prisão de 75 pessoas). Se houver isso, as propostas aflorarão.

ÉPOCA – A ditadura não durará para sempre, e um dia haverá eleições livres em Cuba. A senhora pensa em se candidatar à Presidência quando isso ocorrer?

Yoani – Não tenho a menor vontade. Quando uma figura se destaca em Cuba, nos acostumamos a depositar nela todos os desejos de mudança, quase como uma entidade messiânica. Isso nos fez entregar nosso destino nas mãos de Fidel Castro. Não gostaria que isso se repetisse na Cuba do futuro. Prefiro que o governante do país com que sonho seja um administrador sem nenhum carisma, que não tenha a auréola do salvador da pátria. Não tenho intenção de me candidatar porque tenho uma responsabilidade maior como jornalista. Quero ser incômoda para este governo e para o próximo. Tenho tanto a fazer que não dá para embarcar em uma carreira política.

ÉPOCA – Mas seus admiradores no exterior esperam por isso...

Yoani - Muita gente já me abordou sobre isso, sim, mas nunca estive interessada. Não é que digo “não” agora e “sim” depois. Falta-me cinismo para a política. Eu seria um desastre. Nas primeiras duas semanas, diria tudo tão honestamente que isso me causaria todos os problemas do mundo. Que outros se ocupem da política com minúscula. Vou me preocupar com a política com maiúscula.

ÉPOCA - A senhora se incomoda de não ser muito conhecida em Cuba?

Yoani - Não sou a pessoa indicada para falar disso, pois pareceria um ato de imodéstia. Mas cada vez que saio às ruas do meu país, seja em Havana ou em um pequeno povoado, muita gente me reconhece. Como? Pela forma como a informação se difunde em Cuba. Há o fenômeno das antenas parabólicas ilegais, que transmitem emissoras da Flórida, do México, onde veiculam reportagens sobre mim. Mas minha intenção não é ser conhecida. Não sou política, não busco apoio popular. A fama é efeito colateral, não resultado do meu trabalho. Não sou uma pop star nem quero competir em popularidade com as novelas brasileiras, transmitidas três vezes por noite na televisão cubana. Sobre eu não ser conhecida, é preciso ir a Cuba e perguntar.

ÉPOCA - Sobre as novelas brasileiras, a senhora já escreveu que elas têm uma influência grande na população ao mostrar situações em que um personagem sai da miséria e realiza seus sonhos. As novelas daqui já fizeram mais que nosso governo para despertar a consciência do povo cubano?

Yoani - Acho que são melhores embaixadoras da liberdade. Mas as novelas têm um duplo papel contraditório. Se por um lado trazem informação e oxigênio para mostrar aos cubanos que há outras realidades e não somos o paraíso, por outro funciona como um sonífero. Muita gente compra caixas com novelas inteiras no mercado informal e fica o dia inteiro na frente da TV.

ÉPOCA - A senhora disse que “falta dureza” do Brasil quanto aos direitos humanos em Cuba. Essa é questão mais delicada envolvendo a relação dos dois países?

Yoani - O governo brasileiro encampou a luta contra o embargo americano a Cuba, mas nosso maior problema não é o conflito entre Cuba e Estados Unidos, mas o conflito Cuba e seus cidadãos. Recomendaria, muito humildemente, complementar a política externa para Cuba com a questão da ausência de liberdade de expressão, de associação. Senão, parece apenas um assunto de xadrez político. Se estão pressionando pelo fim do embargo, muito bem, mas por que não pressionar pelo fim do bloqueio que o governo impõe a nós mesmos?

ÉPOCA - Que impressão a senhora levará do Brasil?

Yoani - Fabuloso. Encontrei muita pluralidade. Confirmei a frase que um amigo me disse: “Os brasileiros são como os cubanos, mas livres. Todos os rostos que vi me lembram os de Cuba, e também a gestualidade. Mas, ao falar com os brasileiros, me espantei com a naturalidade com que falavam de temas políticos. No aeroporto do Recife, fiquei em um escritório à espera do carro para me levar dali porque os manifestantes poderiam bloquear minha passagem. Ali, uma controladora de voo falou de corrupção e falta de transparência no Brasil de uma forma que seria impensável em Cuba. Lá, nós murmuramos. Se vamos falar de Fidel Castro em local público, fazemos um gesto de alguém barbudo. Se o assunto é Raúl Castro, puxamos os olhos, por causa de seus traços achinesados. Ninguém fala em voz alta de política.

ÉPOCA - As pessoas no Brasil estão falando sobre seu cabelo. Li um post antigo no seu blog sobre o fato de que sua irmã ria da senhora por causa do seu “cabelo de brasileira”, pois parecia com a da cantora Maria Bethânia.

Yoani - Sim. Quando era menina, minha mãe dizia meio de brincadeira, meio sério. Era a época em Cuba, no início dos anos 80, que se ouvia muito a música brasileira, como Maria Bethânia, Gal Costa, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento. Me parecia muito bonito os cabelos que eles tinham, um cabelo livre. Deixo crescer meu cabelo, que é bastante selvagem. Mas não há uma razão especial. Já tive todos os tipos possíveis de cabelo. Uma vez tive o cabelo raspado, durante dois anos da minha vida.

ÉPOCA - Quando?

Yoani - De 1992 a 1994.

ÉPOCA - Mas por quê?

Yoani - Bom, primeiro porque era a época de Sinéad O'Connor (cantora irlandesa que tinha o cabelo raspado) e estava na moda. Mas também naqueles anos em Cuba havia uma crise material, econômica e financeira tão forte que comprar xampu ou conseguir xampu para o cabelo era quase impossível. Sob essa condição de colapso material, surgiram por todos os lados muitas epidemias de piolho. Bom, então decidi raspar o cabelo para evitar todos esses problemas, a compra de xampu e a aplicação (de remédios) para os piolhos. Foi muito difícil, porque na rua as pessoas gritavam muitas coisas para mim.

ÉPOCA - O quê, por exemplo?

Yoani - Me chamavam delésbica. Porque era uma época que em Cuba não estavam acostumados com o cabelo raspado. Me agrediam muito verbalmente. E um belo dia deixei o cabelo crescer e...

ÉPOCA - Aqui perguntam "por que ela não corta o cabelo"?

Yoani - Já me perguntaram se eu tinha uma promessa... Não, não é isso. Ele é livre e selvagem como eu. Não há cuidados especiais. Não me penteio muito. Não me maquio. Não tenho tempo para isso. Não pinto as unhas. Ele (o cabelo) está aí e tem seu espaço. Eu tenho o meu. Nós nos respeitamos (risos).

ÉPOCA - A senhora não é uma pessoa muito vaidosa, neste sentido?

Yoani - A minha vaidade se reflete em outra coisa. Mais que a vaidade física, não passo minha vida vendo as coisas que não escolhi, compreende? São coisas que não selecionei para a minha vida. Uma é o meu corpo. Veio assim...

JULIANO MACHADO é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ÉPOCA, Fevereiro de 2013.**

"Não creio que em Cuba haja socialismo", diz Yoani Sánchez (CYNARA MENEZES)



A blogueira cubana, ao lado de líderes como Jair Bolsonaro, em sua visita à Câmara. Foto: Agência Brasil

CartaCapital – Você é de esquerda ou de direita?

Yoani Sánchez – Me considero uma pessoa pós-moderna, ou seja, considero que os limites e as fronteiras entre os fenômenos que vivemos não estejam tão claros. Quando alguém me pergunta se sou jornalista, digo que estou no meio do caminho entre o jornalismo, a literatura, o ativismo cívico, talvez algo de informática. Isso faz com que o produto final do meu trabalho seja um híbrido. O mesmo ocorre a respeito de temas que definem as posições ideológicas. Por exemplo: sou uma defensora da liberdade de expressão, sobretudo da liberdade de imprensa. Para muitas pessoas isso me

colocaria ao lado dos liberais, do liberalismo. No entanto, também sou uma grande defensora desse setor que há em toda sociedade, mais desfavorecido. Nasci num solar de Havana, uma casa coletiva. Um solar é uma casa que foi linda, mas que com os anos foi dividida e vivem muitas famílias, com banheiros coletivos e cozinha coletiva.

CC – Aqui dizemos cortiço.

YS – Ainda hoje digo a meu marido: 'Posso ir ao banheiro?' E ele responde: 'Mas claro, vai. Precisa pedir?'. Porque quando eu era pequena tinha que perguntar se podia ir e sempre estava ocupado... Minha família é de ferroviários, por isso me preocupo muito com as pessoas pobres. Me preocupa a situação que vivem agora os mais desfavorecidos do meu país com todas estas reformas de corte neoliberal que Raúl Castro está fazendo. Por um lado estão abrindo espaços, estão criando oportunidades para o setor privado – em Cuba se diz 'setor por conta própria', mas é o setor privado. Por outro, estão criando grandes

diferenças sociais, muita gente está ficando desprotegida materialmente, gente que está perdendo seus trabalhos, que não tem acesso à moeda conversível. Vou contar uma pequena história: em Cuba, temos muitos problemas com o tema da qualidade da educação, porque os salários dos professores são muito baixos e pouca gente quer ser professor. Então está acontecendo um fenômeno, as famílias estão pagando 'repassadores', professores extras nas horas que os estudantes não estão na escola. E já começa a se notar, do ponto de vista acadêmico, a diferença entre os estudantes cuja família tem dinheiro para pagar um professor adicional e a família que não tem. A compra e venda de casas, uma medida largamente desejada, no entanto está provocando a redistribuição classista dos bairros. Gente que tem mais dinheiro vai para os melhores bairros e os que tem menos, para a periferia, aos piores edifícios. Isso está se fazendo sem levar em conta uma política de transparência e sem uma política de proteção a essas pessoas. Se continuar assim, teremos uma Cuba tão neoliberal quanto qualquer outro país, com as grandes diferenças e os grandes abismos. Nesse ponto, eu poderia ser tachada de esquerda. Creio que o Estado tem a obrigação de proteger as pessoas mais desfavorecidas materialmente, para que não entrem na competição da vida com desvantagens. O Estado tem a obrigação de garantir um ensino público de qualidade pelo menos até determinado nível escolar. Tem também o dever de garantir uma ajuda aos familiares. Agora, eu não creio que em Cuba haja um socialismo. Quando era pequena, tive que estudar muito as teorias marxistas, leninistas, a economia socialista, manuais que eram muito abundantes até alguns anos –agora diminuiu. E recordo que praticamente a primeira página desses manuais dizia que uma sociedade socialista ou comunista era onde os meios de produção estavam nas mãos do proletariado. Era como uma fórmula. O que acontece em Cuba? Temos um só patrão que se chama Estado ou governo ou Partido Comunista ou como você queira chamá-lo. Esse patrão tem os meios de produção em suas mãos, contrata os operários e lhes toma uma enorme mais-valia: entre o valor da produção e o salário que recebe o operário há um abismo. Imagine que em Cuba existem pessoas que trabalham confeccionando charutos e cada charuto pode custar depois, no mercado, um mínimo de 30 pesos conversíveis, mas essa pessoa recebe por mês um salário abaixo disso. Ou seja, a mais-valia é total, com o agravante de que você não pode protestar. Nós temos um patrão capitalista, a diferença é que nosso patrão é uma família, um grupo de militares que tem um discurso aparentemente de esquerda. Mas quando você observa bem, há muito de capitalismo selvagem e inclusive de feudalismo medieval.

CC – *Você preferia que a revolução cubana não tivesse acontecido?*

YS – Não, não. Penso que a revolução foi um bom detonante para a energia. O problema foi quando a revolução se devorou a si mesma e deixou de ser uma revolução.

CC – *Quando isso ocorreu?*

YS – Essa é uma grande discussão. Por exemplo: meu marido, que é jornalista e é mais velho do que eu, diz que a revolução terminou em 1968, porque neste ano Fidel Castro aplaudiu a entrada dos tanques soviéticos em Praga. E isso foi determinante: como uma revolução rebelde permite que um império –ainda que seja comunista é um império– termine com um processo nacional de rebeldia, de transformação? Outras pessoas dizem que a data foi 1980, com o êxodo de Mariel, quando mais de 120 mil cubanos disseram ao regime: 'Não gostamos deste sistema'. Essa foi uma maneira de votar. Minha mãe diz que para ela a revolução terminou em 1989, o ano em que fuzilaram o general Arnaldo Ochoa, que estava vinculado ao narcotráfico, mas também foi um julgamento político. Um julgamento a um setor que poderia, dentro dos próprios militares, provocar uma mudança. Ou seja, as datas são muitas. Eu não conheci a revolução. Nasci em 1975, sob muito estatismo, sovietação, rigidez. Aqueles rebeldes descidos da Serra Maestra, que pareciam tão jovens, com seus escapulários, tão reformistas, tão sonhadores, no momento em que nasci já eram uns burocratas de abdômen avantajado e muito cuidadosos cada vez que davam um passo para que nada lhes fugisse do controle. A revolução, sim, a revolução foi uma necessidade de muitas pessoas. E muita gente acreditou na revolução e muita gente se sentiu traída com a derrota final da revolução.

CC – *Mas e se não tivesse ocorrido o embargo norte-americano? Poderia ser diferente, não?*

YS – O embargo, sem dúvida, fez com que a revolução se radicalizasse e deu ao governo um argumento para explicar tudo. Mas eu não creio que realmente o tema das liberdades fosse diferente sem o embargo. Simplesmente vivemos sob um sistema pensado para que o indivíduo não possa ser livre, porque se é livre, começa a perguntar, a questionar, a se associar, a buscar informação e o sistema não funciona, porque é um sistema que está baseado em que o mundo é um inferno e Cuba é um paraíso. 'Você tem que se conformar com o zoológico porque lá fora é a selva': essa é a dicotomia que explora o governo cubano. Quando a pessoa abre os olhos, lê outra literatura, contacta com outras pessoas, essa dicotomia começa a ruir, já não funciona.

CC – *Para nós, o que parece injusto é que um país gigante tente esmagar durante anos uma ilha pequena só porque decidiu fazer diferente e ser comunista.*

YS – Esse é o símbolo de Davi contra Golias. Mas o Davi que eu conheço se chama povo cubano. E o Golias que faz a minha vida difícil é o governo de Cuba.



CC – *Você não teme que acabe o regime dos Castro e Cuba caia em mãos dos cubanos de Miami, que são políticos da pior direita inclusive para os Estados Unidos? Ou seja, pular da frigideira direto para o fogo?*

YS – A Cuba do futuro tem muitos riscos, mas não é por isso que vamos nos conformar com o presente. Não é uma atitude de esquerda se paralisar por temor ao futuro. A atitude de esquerda é: vamos à mudança! E depois encontraremos soluções para os problemas que irão surgindo. Não tenho esse temor, mesmo porque o exílio de Miami também é um estereótipo. Agora mesmo é um exílio muito plural. Passaram-se 54 anos desde que começou o exílio, os que se foram em 1959 ou nos anos 1960 já são octogenários. Ao exílio ou à emigração, como chamam agora, chegou uma nova geração com outra mentalidade. Inclusive, nas

últimas votações para presidente, um amplo setor da Flórida votou em Barack Obama. No último ano, 400 mil cubanos viajaram à ilha, vindos principalmente dos EUA. É um sinal que lhes importa mais agora os vínculos familiares do que o tema político ou econômico. Não tenho esse temor realmente de que ocorra a miamização de Cuba, primeiro porque não creio que o dilema nacional seja os Castro hoje ou Miami amanhã. Em meu país há gente talentosa, com muito critério e muito patriotismo. O patriotismo não tem nada a ver com o governo atual ou o sistema comunista. Amar Cuba é outra coisa, não é amar uma ideologia, é amar os coqueiros, José Martí, a música, viver ali. É preciso diferenciar isso. E penso que o desafio do futuro será aproveitar esse conhecimento, esse capital que tem os mais de 2 milhões de emigrados cubanos que hoje não têm nem mesmo o direito ao voto em seu país natal, conseguir que esse exílio se integre à vida nacional, mas sem que esmaguem a nós, os cidadãos que vivemos ali. Um dos grandes temas da Justiça do futuro será o tema das devoluções de propriedades. Outro será como estruturar o tema empresarial para que os emigrados não tenham vantagens sobre os nacionais que não temos capitais. Mas de verdade não temo isso. Tem muita gente que diz: 'você não teme que chegue o McDonald's em Cuba?' Não, não temo, chegará. O que me preocupa muito agora é que o operário cubano, para comer um hambúrguer, precise trabalhar dois dias completos. Não me importa que se chame McDonald's ou McCastro, mas que as pessoas tenham a oportunidade de ter um salário digno que lhes permita escolher entre comer vegetais ou um hambúrguer.

CC – *Você fala muito de direitos humanos. O que acha dos presos norte-americanos em Guantánamo?*

YS – É um horror dos EUA, uma ilegalidade. Infelizmente não posso fazer nada quanto a isso.

CC – *O que é o melhor que pode acontecer em Cuba? Haver eleições?*

YS – Acho que sim. Mas é importante que a pressão venha da cidadania, que as próprias estruturas que estão nascendo, os grupos –todos pacíficos– da oposição, da sociedade civil, o jornalismo independente, consigam pressionar o governo. Isso seria o ideal. Pressionar para que comecem logo uma série de reformas não só no plano econômico como político. Creio que o principal é despenalizar a divergência. Me dizem: 'bom, isso não é uma lei'. Mas é importante. Em Cuba tem muita gente talentosa que tem iniciativas e programas de mudança pensados na nação, mas que agora tem medo de divulgá-los. Conheço economistas que tem programas para sanear a economia, como eliminar a dualidade monetária, mas dizem: 'eu não posso mostrar isso porque vão me acusar de ser da CIA, do império'. Muita gente tem medo de dizer suas propostas. Quando o governo cubano, Raúl Castro, tome o microfone e diga 'neste país nunca mais ninguém vai ser nem encarcerado, nem golpeado, nem estigmatizado por pensar diferente do governo, por ter outra tendência política ou outra opinião sobre a economia ou as finanças', nesse dia tudo começa a mudar porque as pessoas vão começar a se atrever a dizer o que pensam.

CC – *Se Cuba vai tão mal, por que as pessoas não se revoltam?*

YS – As pessoas em Cuba se rebelam emigrando. A revolta cubana não está na praça Tahrir, está do lado de fora dos consulados. É muito diferente. No Egito e na América do Norte se acumulou uma massa de jovens inconformados com o sistema, com essas ditaduras de muitos anos. Em Cuba temos um grande déficit de jovens, de natalidade. Cuba tem a natalidade um país de primeiro mundo e a emigração de um país de terceiro. Ou seja, a população está entre duas tendências. Uma, parece, muito positiva, e outra, muito negativa. Não há essa população jovem tão grande. Por outro lado, a

tecnologia está num estado muito rudimentar. Para a primavera árabe, foram determinantes as redes sociais, os telefones celulares, blackberries.

CC – Isso, sim, tem a ver com o embargo... A tecnologia não chega a Cuba.

YS – Mais ou menos. Por um lado, sim, pela possibilidade de comprar a tecnologia. Mas a tecnologia é vendida na China, no Japão, no Panamá. Há um monte de telefones chineses. O problema tem a ver com os custos da telefonia celular em Cuba. O telefone celular se paga com pesos conversíveis, não se paga com moeda nacional. Um SMS que se envia a um celular estrangeiro custa um peso conversível em Cuba, enquanto o salário médio mensal são 20 pesos conversíveis. É uma limitação econômica. Há cerca de 1,8 milhões de celulares para uma população de 8 milhões. Essa infra-estrutura de convocatória online, que funcionou muito na primavera árabe, está em estado muito primitivo em Cuba. Outra limitação é que as pessoas não têm consciência cívica. Durante anos o Estado se ocupou tanto de tudo que muitas pessoas, contemporâneas minhas, sentem que o país não lhes pertence. O país é do governo, é do partido, de Fidel. Estão apáticas. Quando têm um pouco de rebeldia, não a usam para enfrentar um repressor na rua, mas para enfrentar um tubarão no estreito da Flórida. Creio que nós, cubanos, votamos com os pés. Não protestamos, mas votamos indo-nos do país.

CC – Você crê que agora que mudaram as leis migratórias pode haver um êxodo?

YS – Há muita gente planejando ir embora. Inclusive nos dias em que estive organizando os vistos, vi muita gente jovem do lado de fora dos consulados. É difícil, porque há muitos requisitos para conseguir um visto, mas os cubanos são engenhosos. Então o que estão fazendo? Vendem suas propriedades, a casa, o automóvel, e com esse dinheiro compram uma passagem para um país que não pede visto. Um dos primeiros sinais é que na Aeroflot, que voa de Cuba a Moscou, se esgotaram todos os bilhetes na primeira semana. Por que? Porque a Rússia não pede visto para os cubanos. Então vão para aí e usam este país como trampolim para ir a outra parte. Sim, vai haver uma saída em massa.

CC – Além da liberdade de expressão, o que mais você inveja no capitalismo?

YS – Eu vivo sob um capitalismo de Estado. Vivi também em outras sociedades, passei dois anos na Suíça, e lembro que me impactava muito o acesso à informação, poder escolher um jornal ou outro. E também o estímulo que o cidadão tem para prosperar. Em meu país, as pessoas sabem que trabalhar mais não vai lhes dar uma vida melhor. Então há muita apatia para trabalhar. Um pouco de competição não é ruim, faz a pessoa tentar se superar, melhorar, subir. Em Cuba vivemos todo o contrário. Tem gente que pensa: 'para que trabalhar, se de todas as maneiras com o subsídio alimentar posso viver, muito mal, mas posso?' Foi desestimulada a criação de riqueza nacional e pessoal, e isso me parece que tem que ser estimulado. Com a empresa privada, a pequena e média empresa, o cooperativismo, que será muito importante para a transição em Cuba. A criação de cooperativas de trabalhadores, agrícolas e industriais.

CC – Escutei você falar relativamente bem de Mariela Castro. Poderia ser uma saída ao regime que se tornasse presidenta, sucedendo seu pai?

YS – Eu não acredito que ela queira. Me parece que está mais focada na sexualidade e em seu trabalho no centro de educação sexual. Sim, poderia ser uma maneira de moderar o regime. Mas creio que criaria muito inconformismo nas pessoas, seria uma evidência de nepotismo muito clara: do irmão mais velho ao caçula e à filha deste. Nos deixaria um sabor tão amargo na boca que, por melhor que fosse sua presidência, sempre nos ficaria a impressão de que somos um reino que se herda consanguineamente.

CC – E se fossem convocadas eleições e ela se candidatasse?

YS – Eu não votaria nela. Ainda que faça um trabalho muito bom do ponto de vista da sexualidade e do respeito às diferenças, me parece uma pessoa com sérias dificuldades para dialogar. Todas as vezes que tentei um debate de ideias, recebi respostas muito agressivas. Quando um político age assim, tem muitas possibilidades de se converter em um ditador.

CC – Você falou que em Cuba a imprensa é monopólio estatal, já que só há um jornal, o Granma. Você sabe que no Brasil seis famílias detêm 70% da imprensa? Também é monopólio, não?

YS – Me parece uma boa razão para que os brasileiros lutem para mudar essa situação. Eu estou lutando no meu país para mudar a minha.

CYNARA MENEZES é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA CAPITAL, Fevereiro de 2013.**